LYONS, Linguagem e linguística: uma introdução

CAPS. 1 & 2.

1

Linguagem

1.1 O que é a língua(gem)?

★ A linguística é o estudo científico da língua(gem). A primeira vista esta definição — que se encontra na maior parte dos livros e tratamentos gerais do assunto — é suficientemente direta. Porém, qual o significado exato de “língua(gem)” e de “científico”? Poderá a linguística, tal como é praticada atualmente, ser corretamente descrita como uma ciência?

A pergunta “O que é a língua(gem)?” é comparável — e alguns diriam quase tão profunda quanto — a “O que é a vida?”, cujas pressuposições circunscrevem e unificam as ciências biológicas. Evidentemente, “O que é a vida?” não é o tipo de pergunta que um biólogo tenha constantemente diante de si em seu trabalho cotidiano. Tem uma natureza muito mais filosófica. E, assim como outros cientistas, o biólogo normalmente está por demais imerso nos detalhes de algum problema específico para poder pesar as implicações de questões tão gerais. Contudo, o suposto significado da pergunta “O que é a vida?” — a pressuposição de que todos os seres vivos compartilham de algumas propriedades ou de algum conjunto de propriedades que os distinguem das coisas não-vivas — estabelece os limites das investigações do biólogo e justifica a autonomia, ou a autonomia parcial, de sua disciplina. Embora se possa dizer que a pergunta “O que é a vida?”, neste sentido, fornece à biologia a sua própria razão de ser, não se trata tanto da pergunta em si quanto da interpretação particular que o biólogo a ela atribui e do desvendar de suas implicações mais detalhadas dentro de uma estrutura teórica atualmente aceita que alimentam a pesquisa e as especulações diárias destes cientistas. O mesmo ocorre com o linguísta em relação à pergunta “O que é a língua(gem)?”.

A primeira observação sobre “O que é a língua(gem)?” é que a palavra “língua(gem)” aparece no singular e precedida de artigo definido.★

★ A pergunta em questão no original é “What is language?”. Ciente da ambigüidade do termo ‘language’ no inglês, o autor apresenta uma explanação sobre os dois significados possíveis, que em português são dois vocábulos distintos: ‘língua’ e ‘língua-gem’. (N. do T.)

Assim formulada, ela difere, gramaticalmente, senão pelo sentido, da pergunta "O que é uma lingua(gem)?" superficialmente semelhante. Diversas línguas europeias têm duas traduções, e não uma, para o vocábulo inglês *language*: haja vista o francês *langage*: *langue*, o italiano *linguaggio*: *lingua* e o espanhol *lenguaje*: *lengua*. Em cada um dos casos, a diferença entre as duas palavras está correlacionada, até certo ponto, com a diferença entre os dois sentidos da palavra inglesa "language".* Por exemplo, em francês a palavra *langage* é usada com referência à linguagem em geral, e a palavra *langue* aplica-se às diferentes línguas. De tal forma que o inglês permite a seus falantes dizer de alguma pessoa que não só "he possesses a language" ["ele possui uma língua] (inglês, chinês, malaio, suaili etc.), mas que "he possesses language" ["ele é dotado de linguagem"]. Filósofos, psicólogos e lingüistas frequentemente salientam que é a posse da linguagem o que mais claramente distingue o homem dos outros animais. No presente capítulo analisaremos a essência desta afirmação. Quero enfatizar aqui o fato óbvio, mas importante, de que não se pode possuir (ou usar) a linguagem natural sem possuir (ou usar) alguma língua natural específica.

Acabo de mencionar os termos "lingua(gem) natural", o que levanta uma outra questão. A palavra "lingua(gem)" aplica-se não apenas ao inglês, malaio, suaili etc. — ou seja, ao que todos concordariam em chamar adequadamente de línguas — mas a uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, sobre o qual se possa discutir. Por exemplo, matemáticos, lógicos e engenheiros de sistemas frequentemente elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegítimamente chamados de linguagens, são artificiais, e não naturais. É o que acontece, embora seja baseado em línguas naturais pré-existentes e seja inequivocamente uma língua, ao esperanto, inventado no final do Século XIX para servir à comunicação internacional. Há outros sistemas de comunicação, tanto humanos como não-humanos, que são sem dúvida naturais ao invés de artificiais, mas que não parecem ser linguagens no sentido estrito do termo, embora a palavra "linguagem" seja normalmente utilizada para fazer referência a eles. Consideremos expressões como "linguagem de sinalização", "linguagem corporal" ou a "linguagem das abelhas" neste âmbito. A maioria diria que aqui a palavra "linguagem" está sendo utilizada metaforicamente, ou no sentido figurado. O interessante é que a expressão que traduziria estes casos em francês seria "langage" e não "langue". O vocábulo francês "langage" (como o italiano "linguaggio" e o espanhol "lenguaje") é mais geral que o outro elemento do par, não só porque é

* Eis por que optamos por traduzir *language* no contexto deste capítulo e de outros a ele referentes como "lingua(gem)", recurso que aparece inclusive no título deste livro. (N. do T.)

usado para se referir à linguagem em geral, mas também porque é aplicado a sistemas de comunicação, sejam naturais ou artificiais, humanos ou não, para os quais a palavra inglesa "language" é empregada, no que parece ser seu sentido mais amplo.

O lingüista a princípio lida com as línguas naturais. A pergunta "O que é a lingua(gem)?" traz em si a pressuposição de que cada uma das milhares de línguas naturais reconhecidas, distintas, faladas em todo o mundo, é um caso específico de algo mais geral. O que o lingüista quer saber é se as línguas naturais, todas, possuem em comum algo que não pertença a outros sistemas de comunicação, humano ou não, de tal forma que seja correto aplicar a cada uma delas a palavra "língua", negando-se a aplicação deste termo a outros sistemas de comunicação — exceto na medida em que, assim como o esperanto, eles sejam baseados em línguas naturais preexistentes. Esta será a questão abordada no presente capítulo.

1.2 Algumas definições de 'lingua(gem)'

Não é difícil encontrar definições de lingua(gem). Vejamos algumas. Cada uma das seguintes afirmações sobre a lingua(gem), seja ela uma definição ou não, salienta um ou mais pontos que serão retomados adiante. Todas foram extraídas de trabalhos clássicos de lingüistas famosos. Vistas como um todo, servirão para dar algumas indicações preliminares sobre as propriedades que pelo menos os lingüistas tendem a considerar essenciais à lingua(gem).

(i) Conforme Sapir (1929:8): "A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem idéias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos". Tal definição apresenta alguns defeitos. Por mais ampla que seja nossa concepção dos termos "idéia", "emoção" e "desejo", parece claro que há muito que se pode comunicar pela linguagem e que não é coberto por nenhum deles; particularmente "idéia" que é inerentemente impreciso. Por outro lado, há muitos sistemas de símbolos voluntariamente produzidos que só consideramos linguagens no que nos parece um sentido amplo ou metafórico da palavra "linguagem". Por exemplo, o que popularmente se conhece hoje por "linguagem corporal" — fazendo uso de gestos, posturas, olhares etc. — parece satisfazer a este ponto da definição de Sapir. Se se trata de um sistema puramente humano e não-instintivo, já é uma questão aberta a dúvidas. Mas também, como veremos, há que se questionar se as línguas, corretamente assim chamadas, são puramente humanas e não-instintivas. Este é o principal ponto a se considerar na definição de Sapir.

(ii) Em seu *Outline of Linguistic Analysis*, (Bloch e Trager (1942:5) escreveram: "Uma língua é um sistema de símbolos vocais arbitrários por

meio dos quais um grupo social co-opera." O que é impressionante nesta definição, em contraste com a de Sapir, é que ela não faz alusão, a não ser indiretamente e por implicação, à função comunicativa da lingua(gem). Ao invés disso coloca toda a sua ênfase na função social; fazendo isso, como veremos mais adiante, apresenta uma visão bastante restrita do papel da lingua(gem) na sociedade. A definição de Bloch e Trager difere da de Sapir na medida em que salienta a arbitrariedade e explicitamente restringe a lingua(gem) à língua falada (com o que a expressão "língua escrita" é contraditória). O termo "arbitrariedade" está sendo usado aqui em uma acepção bastante especial: voltaremos ao assunto brevemente. Também retomaremos a questão da relação entre língua e fala. O que se deve dizer agora é que, no que tange às línguas naturais, há uma estreita ligação entre língua e fala. Logicamente, esta pressupõe aquela: não se pode falar sem usar a língua (isto é, sem falar uma determinada língua), mas é possível usar a língua sem falar. No entanto, dado que a língua é logicamente independente da fala, há boas razões para se dizer que, nas línguas naturais tais como as conhecemos, a fala é historicamente, e talvez biologicamente, anterior à escrita. E esta é a posição da maior parte dos lingüistas.

(iii) Em seu *Essay on Language*, Hall (1968:158) nos diz que a lingua(gem) é "a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados". Dentre os pontos a considerar aqui, primeiramente, está o fato de que são introduzidos nesta definição os fatores comunicação e "interação" (sendo a interação mais ampla e, a este respeito, melhor que "co-operação"), e, em segundo lugar, o fato de que o termo "oral-auditivo" pode ser tomado *grasso modo* como um equivalente de "vocal", diferindo apenas na medida em que oral-auditivo faz referência ao ouvinte bem como ao falante (isto é, ao receptor bem como ao emissor dos sinais vocais que identificamos como enunciados lingüísticos). Hall, como Sapir, trata a linguagem como instituição puramente humana; e o termo "instituição" explicita a visão de que a língua que é usada por uma determinada sociedade é parte da cultura daquela sociedade. A propriedade da arbitrariedade é, novamente, digna de ser mencionada.

O mais notável da definição de Hall, entretanto, é o emprego que faz do termo "habitualmente utilizados"; e há razões históricas para tal. A lingüística e a psicologia da linguagem foram fortemente influenciadas, durante aproximadamente trinta anos, especialmente nos Estados Unidos, pelas teorias de estímulo e resposta dos behavioristas; e dentro do quadro teórico do behaviorismo o termo "hábito" ganhou uma conotação um tanto especial. Foi usado para referir-se a partes do comportamento identificáveis como sendo resposta estatisticamente previsíveis a determinados estímulos. Muito do que não poderíamos normalmente conceber como uma questão de hábito entrou no escopo da terminologia behaviorista; e

muitos livros de lingüística refletem este uso mais ou menos técnico do termo, por cuja adoção se comprometem, ao menos por implicação, com alguma das versões da teoria de estímulo e resposta aplicada ao uso e à aquisição da linguagem. Hoje geralmente se aceita que tal teoria é, senão totalmente inaplicável, muito pouco aproveitável tanto na lingüística quanto na psicologia da linguagem.

Hall possivelmente utiliza os "símbolos" lingüísticos para referir-se aos sinais vocais que são na realidade transmitidos do emissor para o receptor no processo de comunicação e interação. Mas agora é evidente que não há qualquer acepção do termo "hábito", seja técnica ou não, em que se possa dizer que um enunciado lingüístico seja em si um hábito, ou construído por meio de um hábito. Se a palavra "símbolo" estiver sendo usada para referir-se não a enunciados lingüísticos, mas a palavras ou sintagmas de que estes se compõem, ainda assim seria errôneo afirmar que um falante utiliza tal vocábulo, por uma questão de hábito, em tal e tal ocasião. Um dos fatos mais importantes da linguagem é que não há, em geral, qualquer conexão entre as palavras e as situações em que são utilizadas, de tal forma que a ocorrência de determinados vocabúlos seja previsível, como se prevê um comportamento habitual, a partir das próprias situações. Por exemplo, não temos o hábito de produzir um enunciado contendo a palavra pássaro a cada vez que nos encontramos em uma situação na qual vemos um pássaro; na realidade nossa probabilidade de usar a palavra 'pássaro' nesta situação não é maior do que a de utilizá-la em qualquer outro contexto. Como veremos mais tarde, a linguagem é independente de estímulo.

(iv) Robins (1979a:9-14) não oferece uma definição formal de lingua(gem); com razão ele aponta que tais definições "tendem a ser triviais e a não trazer grande informação, a menos que pressuponham ... alguma teoria geral da linguagem e da análise lingüística". Entretanto, ele lista e discute uma série de fatos mais salientes dos quais "se deve dar conta em qualquer teoria da linguagem que se queira levar a sério". Em várias edições sucessivas deste livro-padrão, o autor ressalta que as línguas são "sistemas de símbolos ... quase totalmente baseados em convenções puras ou arbitrárias", enfatizando contudo sua flexibilidade e adaptabilidade.¹ É possível que não haja incompatibilidade lógica entre a visão de que as línguas são sistemas de hábitos ('hábito' tomado em um sentido especial) e a visão expressa por Robins. Afinal é concebível que um sistema de hábitos venha a se alterar com o tempo, respondendo às mudanças nas necessida-

¹ Em edições anteriores (1964:14; 1971:13) diz o seguinte: "As línguas possuem infinita capacidade de extensão e modificação, conforme variem as necessidades e condições de seus falantes." Na edição mais recente substituiu-se "infinita capacidade de extensão" por "adaptabilidade".

des de seus usuários. Porém o termo 'hábito' não é comumente associado ao comportamento adaptável. Mais tarde deveremos examinar um pouco mais de perto a noção de extensibilidade infinita. Veremos então que será necessário traçar uma distinção entre a capacidade de ampliação e modificação de um sistema e a capacidade de ampliação e modificação dos produtos daquele sistema. Também é importante reconhecer que, no que tange ao sistema, alguns tipos de ampliação e modificação são teoricamente mais interessantes que outros. Por exemplo, o fato de que o vocabulário de uma língua possa sempre crescer-se de novas palavras é teoricamente muito menos importante do que o fato de que possam surgir, como de fato surgem, novas construções gramaticais, ao longo do tempo. Uma das questões centrais da lingüística é investigar se há limites para a realização dessas modificações e, se houver, quais são eles.

(v) A última definição a ser citada aqui aborda um campo muito diferente; "Doravante considerarei uma língua(gem) como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos." Tal definição foi tirada de *Syntactic Structures* de Chomsky (1957:13), cuja publicação lançou o movimento conhecido como gramática transformacional. Ao contrário das outras definições, pretende abranger muito mais do que as línguas naturais. Mas, de acordo com Chomsky, todas as línguas naturais são, seja na forma falada, seja na escrita, linguagens, no sentido de sua definição: uma vez que (a) toda língua natural possui um número finito de sons (e um número finito de letras em seu alfabeto) — considerando que tenha um sistema alfabético para a escrita); e (b), embora possa haver um número infinito de sentenças distintas na língua, cada sentença pode ser representada como uma seqüência finita desses sons (ou letras). É tarefa do lingüista que descreva alguma língua natural determinar quais das seqüências finitas de elementos são sentenças, e quais não são. É tarefa do lingüista teórico que interpreta a pergunta "O que é a língua(gem)?" como "O que é a língua natural?" descobrir, se puder, as propriedades estruturais, se houver, pelas quais as línguas naturais diferem do que, contrastando com elas, podem se chamar línguas não-naturais.

Chomsky acredita — e vem enfatizando cada vez mais esse fato em seus trabalhos mais recentes — que não só tais propriedades estruturais realmente existem, mas que são de tal forma abstratas, complexas e altamente específicas quanto a seus propósitos, que não poderiam absolutamente ser aprendidas a partir do nada por uma criança às voltas com o problema da aquisição de sua língua materna. Devem ser de alguma forma conhecidas pela criança, antes e independentemente de sua experiência com qualquer língua natural, sendo usadas no processo de aquisição da linguagem. É por manter este ponto de vista que Chomsky se diz ser racionalista, ao invés de empirista. Voltaremos a este ponto (v. 7.4).

A definição chomskiana de 'língua(gem)' foi citada aqui em grande parte pelo contraste que estabelece com as outras, tanto no estilo quanto no conteúdo. Não menciona a função comunicativa das línguas, naturais ou não; não diz nada sobre a natureza simbólica dos elementos ou de suas seqüências. Seu objetivo é chamar a atenção para as propriedades puramente estruturais das línguas(gens) e sugerir que tais propriedades podem ser investigadas numa perspectiva matematicamente precisa. A maior contribuição de Chomsky para a lingüística foi ter atribuído ênfase especial ao que chama de dependência estrutural dos processos pelos quais se constroem as sentenças nas línguas naturais e ter formulado uma teoria geral da gramática que se baseia em uma definição particular desta propriedade (v. 4.6).

As cinco definições de "língua(gem)" aqui citadas e brevemente discutidas serviram para introduzir algumas das propriedades que alguns lingüistas consideraram como traços essenciais das línguas tais quais as conhecemos. A maioria deles adotou a visão de que as línguas são sistemas de símbolos projetados, por assim dizer, para a comunicação. E é assim que abordaremos as línguas, mais adiante, na seção intitulada 'O ponto de vista semiótico': a semiótica, como veremos, é a disciplina, ou o ramo de estudos, que se dedica à investigação do comportamento simbólico e comunicativo. A questão que nos interessará então será saber se há alguma propriedade, ou conjunto de propriedades, que distinga as línguas naturais de outros sistemas semióticos. Algumas das propriedades citadas foram a arbitrariedade, a flexibilidade e capacidade de modificação, independência de estímulo, e dependência estrutural. Em tempo, outras serão acrescentadas a esta lista. A relação entre língua e fala será tratada em 1.4.

1.3 Comportamento lingüístico e sistemas lingüísticos

É hora, portanto, de traçarmos algumas distinções necessárias no sentido do termo 'língua(gem)'. Já me referi anteriormente à distinção entre linguagem em geral (*langage*, para usar o termo francês) e uma língua particular (*langue*). O adjetivo "lingüístico" é semelhantemente ambíguo (mesmo quando relacionado à linguagem ao invés da lingüística). Por exemplo, a expressão "competência lingüística" [*language competence*], que foi empregada por Chomsky e outros, que o seguiram, referindo-se ao domínio que uma pessoa tem de uma determinada língua, é construída com a mesma naturalidade para significar, em inglês, a capacidade ou a facilidade que uma pessoa poderia ter na aquisição ou uso não de uma língua, mas da linguagem. (É sempre que a palavra 'language' é usada em posição adjetiva, em substantivos compostos, apresenta o mesmo tipo de ambigüidade: veja-se '*language-competence*', '*language-acquisition*'). Na maioria das vezes a ambigüidade não traz maiores conseqüências ou é resolvida

pelo contexto. Quando for importante separar os dois sentidos da palavra 'language', cuidarei de notar.*

Usar uma determinada língua ao invés de outra, é comportar-se de uma forma ao invés de outra. Tanto a linguagem quanto as línguas específicas podem ser encaradas como comportamento, ou atividade, parcialmente observável e identificável como comportamento linguístico, não só pelos participantes-observadores (isto é, falantes e ouvintes na medida em que restringimos nossa atenção à língua falada) mas também por observadores que naquele momento não estão envolvidos neste comportamento caracteristicamente interativo e comunicativo. Além do mais, embora seja pertinente à essência do comportamento linguístico que, em geral, senão a cada vez que ocorra, seja comunicativo, é normalmente possível a observadores externos reconhecer o comportamento linguístico como tal, mesmo quando não conhecem a língua específica que está sendo usada, não podendo interpretar os enunciados que são o produto do comportamento observado.

A linguagem, portanto, pode ser legitimamente considerada sob um ponto de vista comportamental (embora não necessariamente comportamentista). Mas a linguagem e as línguas ainda podem ser consideradas sob pelo menos dois outros enfoques. Um deles, associado à distinção terminológica estabelecida por Chomsky entre 'competência' e 'desempenho'; o outro, com respeito à distinção um pouco diferente, estabelecida no início do século por Ferdinand de Saussure, em francês, entre '*langue*' e '*parole*'.

Quando dizemos de alguém que *ele fala inglês*, podemos nos referir a uma das seguintes alternativas: ou (a) ele, habitual ou ocasionalmente, adota um tipo específico de comportamento, ou (b) que ele tem a capacidade (exercendo-a ou não) de adotar este tipo de comportamento. Referindo-nos ao primeiro como desempenho e ao segundo como competência, podemos afirmar que o desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe o desempenho. Assim enunciada, a distinção entre competência e desempenho fica relativamente livre de controvérsia. O mesmo acontece ao passo seguinte dado por Chomsky, ao dizer que, independentemente da abrangência do termo "competência linguística", deve-se reconhecer que o comportamento linguístico de determinadas

* Como no caso anterior, com o vocábulo inglês '*language*' em posição substantiva, o autor agora considera os significados de '*language*' em posição adjetiva. No português: '*language competence*' traduz-se por 'competência linguística', expressão que também é ambígua no sentido de aplicar-se à língua ou à linguagem. Mas '*language acquisition*' traduz-se por 'aquisição da linguagem', o que já é uma escolha mais definida por uma, mais do que por outra, tradução de '*language*'. (N. do T.)

pessoas em determinadas ocasiões é estabelecido por muitos outros fatores para além da competência linguística. Há muitos pontos na formulação mais detalhada de Chomsky da noção de competência linguística altamente controvertidos. Mas não nos devem preocupar agora (v. 7.4). Aqui é suficiente notar que, para Chomsky, o que os linguístas descrevem, ao investigar uma determinada língua, não é o desempenho como tal (ou seja, comportamento), mas a competência dos falantes, na medida em que é puramente linguística, que está subjacente, possibilitando o desempenho. A competência linguística de um indivíduo é seu conhecimento de uma determinada língua. Uma vez que a linguística cuida de identificar e de dar conta satisfatoriamente, em termos teóricos, dos determinantes da competência linguística, de acordo com Chomsky ela deve figurar como ramo da psicologia cognitiva.

A distinção entre '*langue*' e '*parole*', tal como foi originalmente estabelecida por Saussure, esteve subordinada a uma série de outras distinções logicamente independentes. As mais importantes foram, por um lado, a distinção entre o que é potencial e o que é real, e, por outro, a distinção entre o que é social e o que é individual (v. 7.2). O que Saussure chamou de '*langue*' é qualquer língua particular que seja de posse comum a todos os membros de uma comunidade linguística determinada (ou seja, a todos os que se dizem falar a mesma língua). O termo francês "*langue*" que, como vimos, é simplesmente uma das formas correntes para a tradução do inglês "*language*", geralmente não se traduz para o inglês quando empregado tecnicamente em seu sentido saussureano. Introduziremos o termo "sistema linguístico" em seu lugar; e estabeleceremos um contraste com "comportamento linguístico", pelo menos inicialmente, mantendo o paralelo com a distinção saussureana entre "*langue*" e "*parole*". Um sistema linguístico é um fenômeno social ou instituição que, em si mesma, é puramente abstrata, na medida em que não apresenta uma existência física, mas que em determinadas ocasiões é atualizada no comportamento linguístico dos indivíduos integrantes de uma comunidade linguística. Até certo ponto, o que Chomsky chama de competência linguística pode ser identificado, bastante diretamente, não com o sistema linguístico, mas com o conhecimento típico que o falante tem do sistema linguístico. Mas Saussure deu ênfase especial ao caráter social ou institucional dos sistemas linguísticos. Portanto, ele encarou a linguística como sendo mais próxima da sociologia ou da psicologia social do que da psicologia cognitiva. Muitos outros linguístas adotaram a mesma perspectiva. Outros, todavia, sustentaram que os sistemas linguísticos podem e devem ser estudados independentemente de seus correlatos psicológicos ou sociológicos. Retomaremos esta questão no capítulo 2. Agora observaremos simplesmente que, ao dizermos que o linguísta se interessa pela língua, afirmamos que está primeiramente interessado na estrutura dos sistemas linguísticos.

1.4 Língua e fala

Um dos princípios fundamentais da linguística moderna é o de que a língua falada é mais básica do que a língua escrita. Isto não significa, entretanto, que a língua deva ser identificada com a fala. Deve-se estabelecer uma diferença entre os sinais lingüísticos e o meio em que tais sinais se realizam. Assim, é possível ler em voz alta o que está escrito e, em contrapartida, escrever o que é falado. Geralmente os falantes nativos alfabetizados, de uma determinada língua, podem dizer se este processo de transferência de um sinal lingüístico de um meio para outro foi bem executado ou não. Na medida em que, neste sentido, a língua é independente do meio em que os sinais lingüísticos se realizam, diremos que a língua tem a propriedade de passar por uma transferência de meio. Trata-se de uma propriedade importantíssima — à qual se vem prestando pouquíssima atenção nas discussões gerais sobre a natureza da linguagem. É uma propriedade que, como veremos adiante, depende de outras, com as quais contribui para a flexibilidade e adaptabilidade dos sistemas lingüísticos.

Em que sentido, então, a língua falada é mais básica do que a escrita? E por que será que muitos lingüistas tendem a estabelecer como traço definitivo das línguas naturais o fato de que deveriam ser sistemas de sinais vocais?

Em primeiro lugar, os lingüistas sentem-se na obrigação de corrigir os vícios da gramática tradicional e do ensino tradicional da língua. Até pouco tempo os gramáticos vinham-se preocupando quase exclusivamente com a língua literária, ocupando-se muito pouco da língua coloquial cotidiana. Inúmeras são as vezes em que trataram as normas do padrão literário como normas de correção da própria língua, condenando o uso coloquial, na medida em que diferia do uso literário, classificando-o de agramatical, desleixado ou mesmo ilógico. Durante o século XIX verificou-se um grande progresso na investigação do desenvolvimento histórico das línguas. Os estudiosos compreenderam, mais claramente que antes, que as mudanças na língua dos textos escritos correspondentes a diversos períodos — mudanças do tipo da que com os séculos transformou o latim em francês, italiano ou espanhol, por exemplo — poderiam ser explicadas em termos de mudanças que haveriam ocorrido na língua falada correspondente. A continuidade e onipresença da mudança lingüística foi consideravelmente obscurecida nos textos escritos do passado que chegaram até nós pelo conservantismo das tradições da escrita em muitas culturas, e pelo uso contínuo, por longos períodos de tempo, em documentos religiosos e legais bem como na literatura, de um estilo cada vez mais arcaico. Todas as grandes línguas literárias do mundo derivam, em última instância, da língua falada de certas comunidades. Além do mais, é uma questão de acidente histórico se o uso de uma região ou de uma classe social específica serviu de base

para o desenvolvimento de uma língua literária padrão em determinadas comunidades e se, conseqüentemente, o dialeto de outras regiões e de outras classes sociais hoje são tidos, como muitas vezes acontece, como inferiores, variedades-subpadrão da língua. A força do preconceito tradicional em favor da língua-padrão em sua forma escrita é tanta, que é muito difícil para os lingüistas convencer os leigos de que os dialetos-não-padrão em geral têm a mesma regularidade ou sistematicidade que as línguas literárias-padrão, tendo suas próprias normas de correção, imanescentes no uso de seus falantes nativos. Uma das primeiras e mais difíceis tarefas para os estudantes de linguística é adquirir a capacidade de considerar a língua falada em seus próprios fundamentos, por assim dizer, sem pensar que a pronúncia de uma palavra ou expressão seja, ou deva ser, determinada por sua ortografia.

O desejo de equilibrar a balança em favor de uma investigação sem preconceitos sobre fala e a língua falada, evidentemente, não justifica a adoção do princípio de que a língua falada seja mais básica que — e não simplesmente tão básica quanto — a língua escrita. Então, o que significa "básica"? A prioridade histórica da fala sobre a escrita admite pouca margem de dúvida. Não se sabe de nenhuma sociedade humana que exista, ou que tenha existido, em qualquer época, privada da capacidade da fala. Embora as línguas, tais como são conhecidas hoje em quase todo o mundo, possam ser ou faladas ou escritas, a grande maioria das sociedades, até pouco tempo, era totalmente ou em grande parte constituída por indivíduos analfabetos. A prioridade histórica, no entanto, é muito menos importante do que outros tipos de prioridade implicados pelo termo "básico" neste contexto: de ordem estrutural, funcional e, discutivelmente, biológica.

A prioridade estrutural da língua falada pode ser explicada da seguinte forma. Se deixarmos de lado por um momento as diferenças de estilo que possam existir entre as línguas falada e escrita correspondentes, presumindo que toda sentença falada aceitável pode se converter em uma sentença escrita aceitável, e vice-versa, não podemos conceber que, a não ser por uma questão de natureza histórica, uma derive da outra. A estrutura de sentenças escritas depende de distinções identificáveis na forma; a estrutura de sentenças faladas, de distinções identificáveis no som. No caso teoricamente ideal, em que há uma correspondência biunívoca entre as sentenças faladas e escritas de uma dada língua, cada sentença escrita será isomórfica (ou seja, terá a mesma estrutura interna) da sentença falada correspondente. Por exemplo, se as sentenças escritas se valem de um sistema gráfico alfabético, determinadas letras corresponderão a determinadas sons, e determinadas combinações de letras estarão em correspondência biunívoca, como no caso de palavras ou frases, com uma determinada combinação de sons. Nem todas as combinações entre as letras são aceitáveis; nem tampouco todas as combinações entre os sons. Mas há uma diferença impor-

tante entre letras e sons a este respeito. A potencialidade de combinação entre os sons utilizados em uma língua específica depende em parte de propriedades do meio (certas combinações sonoras são impronunciáveis ou de difícil produção) e em parte das restrições mais específicas, aplicáveis somente àquela língua. A potencialidade de combinação das letras entre si é totalmente imprevisível em termos de sua forma. É previsível, contudo, em maior ou menor escala, em todas as línguas que se valem de um sistema alfabético na escrita, em termos da associação de determinadas formas com determinados sons e a potencialidade de combinação dos sons entre si na própria fala. Neste âmbito, portanto, a língua falada é estruturalmente mais básica do que a escrita, embora ambas possam ser isomórficas, pelo menos numa situação teórica ideal, no nível de unidades maiores como palavras e frases. Devemos notar que este argumento é inaplicável às línguas que utilizam sistemas de escrita nos quais não há associação entre determinadas formas e determinados sons como tais, mas entre formas e palavras. Não se aplica, por exemplo, ao chinês clássico, escrito com os caracteres tradicionais, ou ao antigo egípcio, escrito em hieróglifos. É por não haver, em geral, prioridade estrutural da língua falada sobre a língua escrita, no que diz respeito ao chinês, que basicamente a mesma língua escrita pode corresponder a dialetos falados totalmente distintos e mutuamente incompreensíveis.

A prioridade funcional é mais fácil de se explicar e compreender. Mesmo hoje, nas sociedades modernas mais letradas do mundo industrializado e burocrático, a língua falada é utilizada em uma gama mais ampla de situações, servindo a escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação vocal-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente. E a invenção do telefone e do gravador possibilitou o emprego da língua falada em situações onde no passado seria usada a língua escrita. Foi para fins de confiabilidade na comunicação à distância e de preservação de importantes documentos legais, religiosos e comerciais que se inventou originalmente a escrita. O fato de os textos escritos terem sido utilizados para fins tão importantes ao longo da história, e de serem mais confiáveis e duráveis do que os enunciados falados (ou pelo menos assim foram até que se desenvolveram os métodos modernos de gravação de sons) contribuiu para que a língua escrita gozasse de mais prestígio e formalidade em muitas culturas.

→ Chegamos então à questão mais controversa da prioridade biológica. Há muitas indicações de que o homem seja geneticamente pré-programado, não só para adquirir a linguagem, mas também, como parte do mesmo processo, para produzir e reconhecer os sons da fala. Diversas vezes foi salientado que o que o lingüista comumente chama de órgãos da fala (ou órgãos vocais) — pulmões, cordas vocais, dentes, língua etc. — todos, servem a alguma função biologicamente mais básica do que a de produzir sinais vocais.

Esta questão é indiscutível: os pulmões se utilizam na respiração, os dentes na mastigação; e assim por diante. Todavia, todos os bebês balbuciam com poucos meses de idade (a menos que sofram de algum distúrbio mental ou físico); e o balbucio, que envolve a produção de uma gama muito maior de sons do que aquela encontrada na fala dos que têm contato com a criança, não pode ser satisfatoriamente explicado em termos de uma mera imitação dos sons que o bebê ouve ao seu redor. Além do mais, demonstrou-se experimentalmente que os recém-nascidos, logo nas primeiras semanas de vida, podem distinguir sons da fala de outros sons, estando como que predispostos a prestar atenção a eles. Os parentes mais próximos do homem, dentre os primatas mais evoluídos, embora tenham basicamente o mesmo aparelho fisiológico, não apresentam a mesma predisposição a produzir ou a identificar os sons característicos da fala humana. Esta pode ser a principal razão por que as tentativas de ensinar chimpanzês a falar não obtiveram sucesso, embora se tenha conseguido, de forma relativamente bem-sucedida, ensinar-lhes línguas, ou sistemas paralingüísticos, cujos sinais são produzidos manualmente e interpretados visualmente. (Sabe-se agora que, em seu *habitat* natural, os chimpanzês se comunicam entre si por meio de gestos e de sinais vocais; e seus sinais gestuais parecem ser muito mais ricamente diferenciados do que suas chamadas vocais; v. 1.7.) Finalmente, há o fato de que os dois hemisférios do cérebro humano são funcionalmente assimétricos após a infância, um deles sendo dominante em relação ao desempenho de determinadas operações. Na maioria das pessoas o lado esquerdo é dominante; e o hemisfério esquerdo realiza a maior parte do processamento dos sinais lingüísticos, sendo melhor no processamento dos sons da fala, embora não no de outros tipos de som, do que o hemisfério direito (v. 8.3).

Provas dessa natureza, embora não conclusivas, são altamente sugestivas. De acordo com uma hipótese plausível, a linguagem humana desenvolveu-se, em algum ponto da evolução da espécie, a partir de um sistema de comunicação gestual, e não vocal; há muitas razões para crer que isso tenha acontecido. Esteja esta hipótese correta ou não, os dados resumidos no parágrafo anterior levam à conclusão de que, em seu atual estado evolutivo, o homem tem no som, e mais especificamente na gama de sons audíveis produzidos pelos órgãos da fala, o meio natural, biologicamente básico, no qual a linguagem se realiza. Se assim for, os lingüistas estarão justificados não apenas ao usar o termo "órgão da fala", mas ao postular uma relação não-contingente entre as línguas e a fala.

Permanece o fato, entretanto, de que há uma diferença entre prioridade biológica e prioridade lógica. Como já se frisou anteriormente, a linguagem tem, em grande escala, a propriedade de se transferir de um meio para outro. No decurso natural dos acontecimentos, as crianças adquirem um comando da língua falada de forma natural (ou seja, em virtude de um dom biológico próprio e sem treinamento especial), ao passo que a leitura

e a escrita são habilidades especiais, para as quais é dado um tipo especial de instrução baseado no conhecimento prévio que têm da língua falada. No entanto, não apenas as crianças, mas também os adultos podem aprender a ler e escrever sem grande dificuldade; e é perfeitamente possível, embora raro, que se aprenda uma língua escrita sem haver um comando prévio da língua falada correspondente. Da mesma forma é possível aprender sistemas gestuais de comunicação que não se baseiam nem numa língua falada, nem numa língua escrita, tais como os sistemas utilizados pelos surdos-mudos. Se descobríssemos uma sociedade que usasse um sistema de comunicação gestual ou escrito, com todas as outras características distintivas de uma linguagem, mas que nunca se realizasse no meio falado, sem dúvida faríamos referência a este sistema de comunicação como sendo uma língua. Portanto, não se deve colocar ênfase excessiva na prioridade biológica da fala.

Além do mais, quando chegamos ao problema de descrever determinadas línguas, há boas razões para que o lingüista considere as línguas falada e escrita correspondentes como mais ou menos isomórficas, ao invés de absolutamente isomórficas. Apenas em uma situação teórica ideal, como mencionei anteriormente, há isomorfismo completo. Nenhum sistema de escrita até hoje concebido (senão os sistemas de transcrição idealizados por foneticistas exatamente com esta finalidade) possibilita a representação de todas as distinções significativas da fala. Segue-se que, geralmente, há algumas formas não-equivalentes de se pronunciar uma mesma sentença escrita, conforme varie acento, entonação etc. Os sinais de pontuação, bem como o uso de itálicos e letras maiúsculas, existem basicamente na língua escrita pelos mesmos motivos que há acento e entonação na língua falada, mas os primeiros nunca poderão representar adequadamente estas últimas. Deve-se também reconhecer que sempre há diferenças funcionais e estruturais entre línguas correspondentes faladas e escritas. A extensão de tais diferenças varia, por motivos históricos e culturais, de uma língua para outra. Em árabe e tâmil, por exemplo, a diferença tanto em termos gramaticais como vocabulares é considerável. Em inglês é menos gritante. Entretanto, mesmo em inglês há palavras, expressões e construções gramaticais que se julgam excessivamente coloquiais para a língua escrita (por exemplo, *load of old cobblers*) ou, em contrapartida, excessivamente literárias para a língua falada (por exemplo, *any arrangements made heretofore notwithstanding*).^{*}

^{*} Também em português, obviamente, há expressões que não se usam na língua escrita, e outras que não se usam na língua falada. Um exemplo do primeiro caso poderia ser 'cambada de vagabundos', e do segundo caso, 'quanto ao conteúdo do

Os termos 'coloquial' e 'literário' são reveladores. Há uma clara distinção a fazer, em princípio, entre 'coloquial' e 'falado', por um lado, e entre 'literário' e 'escrito', por outro. A distinção na prática é difícil de se manter; e para algumas línguas a distinção entre diferenças de meio ('falado' x 'escrito') e diferenças de estilo ('coloquial' x 'literário') não faz muito sentido. Da mesma forma acontece com diferenças de meio e diferenças de dialeto ('padrão' x 'não-padrão' etc.). O postulado teórico do isomorfismo entre a língua falada e a escrita é parte do que é citado abaixo como ficção da homogeneidade (v. 1.6):

1.5 O ponto de vista semiótico

A semiótica tem sido descrita de várias formas: como ciência dos signos, do comportamento simbólico e dos sistemas de comunicação. Houve muitas discussões, dentro da semiótica, quanto à diferença entre signos, símbolos e sinais; bem como sobre o escopo do termo 'comunicação'. Para nossos objetivos aqui, a semiótica estará relacionada a sistemas de comunicação; e conceberemos a 'comunicação', de forma bem abrangente, sem implicar necessariamente uma intenção de informar. Somente se o termo for concebido desta maneira, poderemos falar de comunicação animal sem apelar para questões filosóficas um tanto controvertidas.

Há certos conceitos relevantes para a investigação de todos os sistemas de comunicação, humanos ou não, naturais ou artificiais. Um sinal é transmitido de um emissor para um receptor (ou grupo de receptores) através de um canal de comunicação. O sinal terá uma determinada forma e passará um determinado significado (ou mensagem). A conexão entre a forma do sinal e o seu significado é estabelecida pelo que (num sentido bastante geral do termo) normalmente se chama em semiótica o código; a mensagem é codificada pelo emissor e decodificada pelo receptor.

Vistas nesta perspectiva, as línguas naturais são códigos, e podem ser comparadas a outros códigos segundo os mais diversos prismas: em termos do canal ao longo do qual os sinais são transmitidos; em termos da forma, ou estrutura, dos sinais; em termos do tipo ou da amplitude da mensagem que pode ser codificada, e assim por diante. O problema está em decidir que propriedades dos códigos, ou dos sistemas de comunicação em que operam, são significativas para fins de comparação, e que propriedades são insignificantes ou menos importantes. Tal dificuldade é agravada pelo fato de que muitas das propriedades que se poderiam selecionar como critério

referido item, segue em anexo... ambos correspondentes aos do inglês, no original. (N. do T.)

são graduáveis, de forma que pode ser mais importante comparar os códigos de acordo com o grau em que determinada propriedade nele se manifesta, do que simplesmente pela presença ou ausência da mesma. Fizeram-se comparações bastante absurdas entre as línguas e os sistemas de comunicação usados por determinadas espécies de pássaros e animais, baseadas na seleção de certas propriedades em detrimento de outras e na negligência do aspecto graduável das mesmas.

No que diz respeito ao canal de comunicação, não é preciso falar muito, a não ser que, ao contrário dos códigos usados por quase todos — senão todos — os animais, a língua possui, em altíssimo grau, a propriedade de se transferir de um meio para outro. Este item já foi abordado na seção anterior. As noções de meio e canal são, evidentemente, intrinsecamente ligadas, na medida em que as propriedades do meio derivam das propriedades do canal normal de transmissão. Contudo, é importante distinguir as duas noções no que diz respeito à língua. Tanto a língua escrita como a falada podem ser transmitidas por uma série de canais. Ao usarmos o termo 'meio', ao invés de 'canal', não estamos atentando para a transmissão de sinais propriamente dita, em determinadas ocasiões, mas para as diferenças funcionais e estruturais sistemáticas entre o que é caracteristicamente escrito e o que é caracteristicamente falado. Por mais paradoxal que pareça a princípio, o inglês escrito pode ser transmitido através do canal vocal-auditivo (ou seja, através da fala) e o inglês falado pode ser transmitido na escrita (embora de uma forma insatisfatória nos recursos ortográficos normais).

Talvez a característica mais gritante da língua, se comparada a outros códigos ou sistemas de comunicação, seja a sua flexibilidade e versatilidade. Podemos usar a língua para dar vazão a nossas emoções e sentimentos; para solicitar a cooperação de nossos companheiros; para ameaçar ou prometer; para dar ordens, fazer perguntas ou afirmações. Podemos referir-nos ao passado, presente e futuro; a realidades remotas em relação à situação de enunciação — até mesmo a coisas que não precisam existir ou não podem existir. Nenhum outro sistema de comunicação, humano ou não, parece ter sequer de longe o mesmo grau de flexibilidade e versatilidade. Dentre as propriedades mais específicas que contribuem para a flexibilidade e versatilidade da língua (ou seja, em todo e qualquer sistema lingüístico), há quatro que freqüentemente foram mencionadas: arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade.

(1) O termo 'arbitrário' está sendo utilizado aqui em um sentido um tanto especial, significando algo como "inexplicável em termos de algum princípio mais geral". O caso mais óbvio de arbitrariedade da língua — que é mencionado na maioria das vezes — diz respeito à relação entre forma e significado, entre sinal e mensagem. Há em todas as línguas casos esporádicos do que tradicionalmente se chama de onomatopéia: veja-se a cone-

xão não-arbitrária entre forma e significado dos vocábulos ingleses *cuckoo* [cuco], *peewit* [pio], *crash* [estruído].* Mas a grande maioria de palavras em todas as línguas é não-onomatopáica: a conexão entre sua forma e significado é arbitrária visto que, dada a forma, é impossível prever o significado, e dado o significado, é impossível prever a forma.

É óbvio que a arbitrariedade, neste sentido, aumenta a flexibilidade e a versatilidade de um sistema de comunicação na medida em que a extensão do vocabulário não é restrita pela necessidade de combinação entre forma e significado, em termos de algum princípio mais geral. Por outro lado, o fato de que a ligação entre forma e significado a nível das unidades vocábulares dos sistemas lingüísticos é, geralmente, arbitrária tem como efeito dotar a memória com uma tarefa considerável no processo de aquisição da linguagem. A associação de uma determinada forma a um determinado significado deve ser aprendida independentemente para cada unidade do vocabulário. Deste ponto de vista semiótico, portanto, uma arbitrariedade desta espécie apresenta vantagens e desvantagens: torna o sistema mais flexível e adaptável, mas também torna o aprendizado mais difícil e laborioso. Há ainda um ponto a acrescentar; ou seja, o de que esta arbitrariedade no sistema semiótico faz com que os sinais sejam mais difíceis de se interpretar para quem os intercepte sem conhecer o sistema. Também este fator traz vantagens e desvantagens para o usuário normal. Presume-se que as vantagens tenham pesado mais que as desvantagens no desenvolvimento da língua. Na maioria dos sistemas de comunicação animais há uma ligação não-arbitrária entre a forma de um sinal e o seu significado.

A arbitrariedade, no que diz respeito à língua, não se restringe à ligação entre forma e significado. Aplica-se também, consideravelmente, a grande parte da estrutura gramatical das línguas, na medida em que estas diferem gramaticalmente umas das outras. Se assim não fosse, seria muito mais fácil aprender uma língua estrangeira do que realmente é.

Ainda mais controvertida é a tese chomskiana de que grande parte do que é comum à estrutura gramatical de todas as línguas humanas, inclusive a operação de um tipo muito específico de dependência estrutural, é também arbitrário na medida em que não pode ser explicado ou previsto em termos das funções da língua, das condições ambientais em que se adquire e se usa a linguagem, da natureza dos processos cognitivos humanos em geral, ou qualquer fator desta espécie. Na opinião de Chomsky, os seres humanos são geneticamente dotados de um conhecimento dos princípios gerais ditos arbitrários, que determinam a estrutura gramatical de todas as línguas. Sobre tal hipótese, basta dizer aqui que nem todos os lingüistas concordam que tais princípios gerais possíveis de se estabelecer

* Exemplos de onomatopéias em português seriam tic-tac, ronronar, piar. (N. do T.)

sejam arbitrários no sentido já esclarecido, e que muitas pesquisas atuais na área da lingüística teórica estão tentando mostrar que não são. Voltaremos a este assunto no capítulo 8.

(ii) Por dualidade entende-se a propriedade de possuir dois níveis de estrutura, de tal forma que as unidades do primeiro são compostas de elementos do segundo e cada um dos dois níveis tem seus próprios princípios de organização. Note-se que introduzi uma distinção terminológica entre 'elemento' e 'unidade'. Tal distinção não é padronizada na terminologia lingüística. Entretanto, apresenta maior conveniência para a exposição e será mantida em todo este livro.

No presente momento podemos pensar nos elementos da língua falada como sons (mais precisamente como o que será identificado no capítulo 3 por fonemas). Os sons em si não trazem qualquer significado. Sua única função é combinar-se com outros para formar unidades que, em geral, têm um significado específico. E por serem os elementos menores, de nível mais baixo, privados de significado, ao passo que as unidades maiores, de nível mais alto, geralmente, senão invariavelmente, têm um significado identificável, que os elementos são descritos como secundários e as unidades como primárias. Todos os sistemas de comunicação possuem tais unidades primárias; mas elas não são necessariamente compostas por elementos. Somente se um sistema dispuser de unidades e de elementos ele terá a propriedade da dualidade. Aparentemente, a maioria dos sistemas de comunicação animais não tem; e os que têm são tais que as unidades não se combinam entre si como as palavras para formar sintagmas e sentenças em todas as línguas humanas.

A vantagem da dualidade é óbvia: um grande número de unidades diferentes pode-se formar a partir de um número reduzido de elementos — muitos milhares de palavras, por exemplo, com trinta ou quarenta sons. Se as unidades primárias puderem se combinar sistematicamente de diversas maneiras, o número de sinais distintos que se podem transmitir — e conseqüentemente o número de mensagens diferentes — aumentará enormemente. Como veremos a seguir, não há limites para o número de sinais lingüísticos distintos que se podem construir nas várias línguas.

(iii) A descontinuidade opõe-se à variação contínua. No caso da língua, a descontinuidade é uma propriedade dos elementos secundários. Para ilustrar: as palavras 'bit' [porção] e 'bet' [aposta] diferem quanto à forma tanto na língua escrita como na falada. É perfeitamente possível produzir um som vocálico que esteja a meio caminho entre as vogais que normalmente ocorrem na pronúncia destas duas palavras. Mas se substituirmos este som intermediário pela vogal de 'bit' ou 'bet' no mesmo contexto, não teremos com isso pronunciado uma terceira palavra distinta das duas, ou partilhando das características de ambas. Teremos pronunciado algo que não é absolutamente reconhecido como uma palavra ou, alterna-

tivamente, algo que será considerado uma pronúncia errada de uma ou outra palavra. A identidade da forma na língua, geralmente, é uma questão de tudo, ou nada, não de mais ou menos.

Embora a descontinuidade não seja logicamente dependente da arbitrariedade, interage com ela para aumentar a flexibilidade e eficiência dos sistemas lingüísticos. Por exemplo, seria em princípio possível que duas palavras diferindo descontinuamente um mínimo na forma, tivessem um significado semelhante. Em geral isso não acontece: 'bet' e 'bit' não têm uma semelhança maior de significado do que qualquer outro par de palavras inglesas aleatoriamente escolhidas. O fato de que as palavras que diferem de maneira mínima na forma normalmente apresentarão uma diferença considerável, ao invés de desprezível, no significado, tem por efeito aperfeiçoar o caráter descontinuo da diferença formal entre elas: na maioria dos contextos a ocorrência de uma será muito mais provável do que a ocorrência da outra, o que reduz a possibilidade de engano quando as condições para a transmissão de sinais são deficientes. Nos sistemas de comunicação animais a não-descontinuidade (ou seja, a variação contínua) muitas vezes é associada à não-arbitrariedade.

(iv) A produtividade de um sistema de comunicação é a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos sinais: isto é, de sinais que não tenham sido anteriormente encontrados e que não constam de alguma lista — seja qual for a dimensão da mesma — de sinais pré-fabricados, à qual o usuário tenha acesso. A maior parte dos sistemas de comunicação animais parece ser altamente restrita no tocante ao número de sinais que seus usuários podem enviar e receber. Todos os sistemas lingüísticos, por outro lado, possibilitam a seus usuários construir e compreender um número indefinido de enunciados que jamais ouviram ou leram antes.

A importância da produtividade tem sido muito frisada na literatura lingüística recente, especialmente nos trabalhos de Chomsky, referindo-se particularmente ao problema de se dar conta da aquisição da linguagem por parte das crianças. O fato de que elas, com poucos anos de vida, sejam capazes de produzir enunciados que nunca ouviram é a prova de que a língua não se aprende unicamente por meio da imitação e memorização.

Devemos enfatizar, na discussão da produtividade, que não é tanto a capacidade de construir enunciados novos que é de vital importância na avaliação dos sistemas lingüísticos. Por exemplo, dizer que o sistema de comunicação usado pelas abelhas ao indicar a fonte do néctar tenha a propriedade de ser produtivo é enganoso, se tal afirmação significar que, neste particular, o sistema é como as línguas humanas. A abelha produz um número indefinido de sinais diferentes (variando de acordo com a vibração do corpo e o ângulo que se coloca em relação ao sol). Mas há uma variação contínua dos sinais, uma ligação não-arbitrária entre sinal e mensagem,

e o sistema não pode ser usado pela abelha para transmitir informações outras que a distância e a direção da fonte do néctar.

O que é impressionante na produtividade das línguas naturais, na medida em que é manifesto na estrutura gramatical, é a extrema complexidade e heterogeneidade dos princípios que a mantêm e constituem. Mas, como insistiu Chomsky, mais do que ninguém, esta complexidade e heterogeneidade não é irrestrita: é regida por regras. Dentro dos limites estabelecidos pelas regras da gramática, que são em parte universais e em parte específicos de determinadas línguas, os falantes nativos de uma língua têm a liberdade de agir criativamente — de uma maneira que Chomsky classificaria de distintivamente humana — construindo um número indefinido de enunciados. O conceito de criatividade regida por regras é muito próximo do de produtividade (v. 7.4); teve grande importância para o desenvolvimento do gerativismo.

As quatro propriedades gerais que foram listadas e brevemente discutidas acima — arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade — estão todas interligadas de formas diversas. Não só são encontradas, pelo que sabemos, em todas as línguas, mas existem em alto grau em todas elas. Se se encontram todas em qualquer outro sistema de comunicação que não a língua, resta a saber. Mas se existem, não parecem estar no mesmo grau ou interligadas da mesma forma.

Vale a pena ressaltar, no entanto, que estas quatro propriedades, que são totalmente independentes de canal e de meio, são menos características da parte não-verbal dos sinais lingüísticos. Os enunciados não são simplesmente seqüências de palavras. Superpostos à cadeia de palavras (ou seja, a parte verbal) em qualquer enunciado falado, haverá dois tipos de fenômenos vocais mais ou menos distinguíveis: prosódicos e paralingüísticos. Os traços prosódicos constam de coisas como acento e entonação; os paralingüísticos, de fenômenos como ritmo, altura etc. Haverá também, associada ao enunciado falado, toda uma série de fenômenos não-vocais (movimentos do olhar, movimentos de cabeça, expressões faciais, gestos, postura etc.) que determinarão mais profundamente a estrutura ou significado do enunciado, podendo da mesma forma ser identificados como paralingüísticos. São apenas os fenômenos prosódicos que normalmente o lingüista, com os traços verbais, considera serem determinados pelo sistema lingüístico como tal. Tanto as características prosódicas como as paralingüísticas, contudo, são parte integrante de todo comportamento lingüístico normal no meio falado. Na medida em que não apresentam as quatro propriedades gerais da arbitrariedade, dualidade, descontinuidade e produtividade — ou pelo menos não as manifestam na mesma intensidade em que aparecem na parte verbal da linguagem — os traços prosódicos e paralingüísticos do comportamento lingüístico aproximam-se mais dos traços existentes nos vários tipos de comunicação animal.

Será então a língua propriedade exclusiva do homem? A resposta a esta pergunta, como a que daremos à indagação "Será o homem um ser ímpar dentre os animais?", depende muito das propriedades selecionadas como critério para a definição de língua. É tão legítimo enfatizar as diferenças gritantes, em termos de grau e de tipo, entre língua e não-língua, quanto seria enfatizar as não menos gritantes semelhanças. O lingüista, o psicólogo e o filósofo poderão tender a concentrar-se nas primeiras; o etnólogo, o zoólogo e o semioticista possivelmente escolheriam as últimas.

1.6 A ficção da homogeneidade

Até agora vimos operando com o que chamarei de ficção da homogeneidade: a crença ou pressuposição de que todos os membros de uma mesma comunidade lingüística falam exatamente a mesma língua. E evidentemente possível definir o termo 'comunidade lingüística' de tal forma que por uma questão de definição não deva haver diferenças sistemáticas na pronúncia, gramática ou vocabulário no falar de cada integrante. Mas se interpretarmos o termo como referente a qualquer grupo de pessoas das quais normalmente se diria que falam a mesma língua, por exemplo inglês, francês ou russo, torna-se uma questão de descoberta empírica deliberar se todos os membros de uma certa comunidade lingüística falam da mesma forma ou não.

Em todas as comunidades lingüísticas do mundo, a não ser nas muito pequenas, há diferenças mais ou menos óbvias de sotaque e dialeto. Dos termos 'sotaque' e 'dialeto' o primeiro é mais restrito que o segundo: refere-se unicamente à forma como a língua é pronunciada e não traz quaisquer tipos de implicações com respeito à gramática e ao vocabulário. Por exemplo, é possível, e de maneira nenhuma raro, que um estrangeiro seja imediatamente identificado pelo sotaque, ainda que, no tocante à gramática e ao vocabulário, fale como um nativo. E é possível que dois falantes nativos usem o mesmo dialeto, falando-o, contudo, com um sotaque claramente diferente. Isto é especialmente comum se o dialeto em questão, por motivos históricos, adquiriu o *status* de padrão regional ou nacional. Por exemplo, a maioria dos habitantes cultos nascidos na Inglaterra falam um dialeto do inglês que se aproxima mais ou menos de um determinado tipo de inglês-padrão, mostrando entretanto um sotaque revelador de suas origens geográficas ou sociais. Há uma distinção a se fazer, pelo menos no uso comum dos termos, entre 'sotaque' e 'dialeto'. Muitos lingüistas, no entanto, subordinam as diferenças de sotaque às diferenças de dialeto. Este problema puramente terminológico, em si, não tem maiores consequências. Mas é importante compreender que o que, sob todos outros aspectos, é um mesmo dialeto, pode ser pronunciado de maneiras marcadas

temente diferentes. Nem é menos importante notar que onde não há um padrão regional ou nacional conhecido e de há muito estabelecido, as diferenças de dialeto, não só na pronúncia, mas na gramática e no vocabulário, tendem a ser muito mais marcantes do que são na maior parte da comunidade lingüística inglesa hoje.

Muito embora o lingüista use o termo 'dialeto' e, como os leigos, o relacione ao termo 'língua' dizendo que esta pode ser composta de vários dialetos diferentes, ele não aceita as implicações comumente associadas ao termo 'dialeto' no uso comum. Sobretudo não aceita que o dialeto de uma determinada região ou classe social seja uma versão adulterada ou degenerada do dialeto-padrão: sabe que de um ponto de vista histórico o padrão — ao qual o leigo poderá preferir aplicar o termo 'língua', ao invés de 'dialeto' — não difere originalmente, embora possa diferir em seu desenvolvimento subsequente, dos dialetos-não-padrão, em termos de tipo. Sabe também que, enquanto servirem a uma gama razoavelmente vasta de funções na vida cotidiana da localidade ou classe social em que operam, os dialetos-não-padrão não são menos sistemáticos que o padrão regional ou nacional. Estas questões já foram salientadas anteriormente. Voltaremos depois a desenvolvê-las e exemplificá-las — e ocasionalmente introduzir certas qualificações — em capítulos posteriores a este: encarado sob um ponto de vista social e cultural contemporâneo, um padrão regional ou nacional tem razão de ser tido por muito diferente, em seu caráter, dos dialetos-não-padrão a que está relacionado historicamente.

Muito freqüentemente, no uso cotidiano dos termos 'dialeto' e 'língua', a distinção entre eles se baseia em considerações políticas ou culturais. Por exemplo, o mandarim e o cantonês são chamados de dialetos do chinês, mas são mais diferentes um do outro do que, digamos, o dinamarquês do norueguês, ou ainda mais marcadamente, o holandês do flamengo ou do africâner, que freqüentemente se descrevem como línguas estanques. Poder-se-ia pensar que o critério da intercompreensibilidade bastaria para traçar uma divisória cultural e política neutra entre as várias línguas. Este é, aliás, o critério principal que um lingüista aplicaria na prática para delimitar uma comunidade lingüística. Mas há problemas. Acontece com grande freqüência que um dialeto varie gradualmente, e mais ou menos continuamente, sobre uma área bastante extensa. Assim, falantes de duas regiões muito afastadas poderiam não compreender um ao outro, porém poderia não haver nenhum ponto entre dois dialetos adjacentes em que a intercompreensibilidade não fosse possível. Em seguida há o problema ainda maior e mais intrincado, de que a compreensibilidade nem sempre é simétrica; nem tampouco uma questão de tudo ou nada. É perfeitamente possível, e aliás bastante comum, que X compreenda quase tudo o que diz Y e que Y entenda pouco ou nada do que diz X, quando um fala com o outro no seu dialeto próprio. Por diversas razões, então, é muito difícil,

freqüentemente, estabelecer uma distinção inequívoca entre línguas diferentes e dialetos diferentes de uma mesma língua.

Na realidade, muitas vezes não se pode distinguir o dialeto de uma região e o de uma outra, normalmente vizinha, de uma maneira precisa. Por mais estreita que seja a nossa demarcação da área dialetal, segundo critérios sociais, bem como geográficos, deveremos sempre identificar, se investigarmos o assunto, uma certa quantidade de variação sistemática na fala daqueles que foram circunscritos como falantes de uma mesma língua. Em última instância, deveríamos admitir que cada um tem seu dialeto individual: que tem seu próprio idioleto, como dizem os lingüistas. Cada idioleto será diferente do outro, certamente no vocabulário e na pronúncia, e possivelmente também, em menor escala, na gramática. Além do mais, o idioleto de um indivíduo não é fixado de uma vez por todas no final de um período que normalmente chamamos de aquisição da língua-gem: está sujeito a modificações e ampliações durante a vida toda.

Além do que se pode dar conta em termos da escala língua-dialeto-idioleto, há uma outra dimensão de variação sistemática nos enunciados dos integrantes de uma mesma comunidade lingüística: a dimensão do estilo. As diferenças de estilo já foram citadas em relação à distinção entre o literário e o coloquial — distinção esta que provém da diferença — de forma alguma coincidindo com ela, porém — entre língua escrita e língua falada. Mas há muito mais na variação estilística. Toda vez que falamos ou escrevemos em nossa língua nativa, escolhemos um estilo ao invés de outro, conforme a situação, as relações que existem entre nós e a pessoa a quem nos endereçamos, o objetivo e a natureza do que temos a comunicar, e vários outros fatores. Sejam nossas opções estilísticas conscientes ou inconscientes, ainda assim são sistemáticas e identificáveis: a escolha apropriada do estilo é uma parte importante do uso correto e eficaz da língua. Em certo sentido, portanto, todo falante nativo de uma língua é estilisticamente multilingüe. Da mesma forma que em princípio é possível pensar em cada dialeto como um sistema lingüístico separado, é igualmente possível, e não menos razoável, pensar em cada estilo como sendo um sistema lingüístico distinto.

1.7 Não há línguas primitivas

É bastante comum ouvir leigos falarem sobre línguas primitivas, repetindo até o mito já descreditado de que há certos povos cujas línguas consistem apenas de umas poucas palavras complementadas por gestos. A verdade é que todas as línguas até hoje estudadas, não importa o quanto primitivas ou incivilizadas as sociedades que as utilizam nos possam parecer sob outros aspectos, provaram ser, quando investigadas, um sistema de comunica-

ção complexo e altamente desenvolvido. Evidentemente toda a questão da evolução cultural desde o barbarismo até a civilização é em si mesma altamente questionável. Porém não cabe ao lingüista pronunciar-se sobre sua validade. O que ele pode afirmar é que ainda não se descobriu uma correlação entre os diferentes estágios de desenvolvimento cultural por que as sociedades passam e o tipo de língua falado durante eles. Por exemplo, não há uma língua da Idade da Pedra; ou, no tocante a sua estrutura gramatical geral, um tipo de língua característico das sociedades essencialmente agrícolas por um lado, e das modernas sociedades industrializadas, por outro.

Houve muitas especulações no século XIX quanto ao desenvolvimento das línguas passando estruturalmente da complexidade à simplicidade ou, alternativamente, da simplicidade à complexidade. A maior parte dos lingüistas hoje se exime de especular sobre o desenvolvimento evolutivo das línguas em termos tão gerais. Sabem que, se tiver havido qualquer direcionamento na evolução lingüística desde suas origens na pré-história até os nossos dias, não há qualquer sinal de tal direcionamento, recuperável a partir do estudo das línguas contemporâneas ou das do passado, das quais nos reste algum conhecimento. Muitas das antigas especulações dos estudiosos sobre a evolução lingüística eram tendenciosas em favor das chamadas línguas flexionais como o latim e o grego.

Algo deveria ser dito, então, sobre a origem das línguas, problema que vem exercitando a mente e a imaginação do homem desde tempos imemoriais. O assunto foi amplamente discutido em termos seculares, em oposição a religiosos e sobrenaturais, pelos filósofos gregos, e várias vezes desde então, notadamente no século XVIII, de um ponto de vista basicamente semelhante. As primeiras discussões tiveram um papel preponderante no desenvolvimento da gramática tradicional. No final do século XVIII, as discussões do filósofo francês Condillac e as do alemão Herder prepararam o campo para uma compreensão melhor da interdependência entre linguagem, pensamento e cultura. Desde o século passado, quase todos os lingüistas, à exceção de muito poucos, abandonaram a questão da origem das línguas por estar para sempre fora do escopo de uma investigação científica. A razão para isso foi que, como acabamos de ver, durante o século XIX eles notaram que, por mais longe que se voltasse na história de determinadas línguas nos textos que duraram até nossos dias, era impossível discernir quaisquer sinais de evolução de um estado mais primitivo para outro mais avançado.

Mas há outras comprovações, algumas das quais novas. E a origem das línguas, uma vez mais, volta ao palco da discussão para os estudiosos. Talvez seja prematuro falar em soluções. O que se pode dizer é que agora parece muito mais plausível acreditar que a língua originou-se como sistema de comunicação gestual, e não vocal. Uma prova seria o sucesso que al-

guns psicólogos obtiveram ensinando a chimpanzés a compreensão e o uso de sistemas gestuais bastante complexos, e até certo ponto semelhantes à língua. Parece agora que a impossibilidade dos chimpanzés adquirirem a fala em experiências semelhantes realizadas anteriormente, explica-se, pelo menos em parte, por diferenças relativamente pequenas, mas importantes, entre o aparelho fonador do chimpanzé e do homem. Parece também, a partir de estudos de fósseis, que o aparelho fonador do homem de Neanderthal estava mais próximo que o nosso do dos chimpanzés e outros primatas, que têm uma gama restrita de chamadas vocais, mas que se comunicam selvagemmente uns com os outros bastante intensamente, por meio de gestos. O que este e outros fatos sugerem é que a língua pode a princípio ter evoluído a partir de um sistema gestual numa época em que os ancestrais do homem adotavam a postura vertical, liberando com isso as mãos, o cérebro aumentando de tamanho e adquirindo potencial para a especialização de complexas funções de processamento no hemisfério dominante. Em algum ponto, por motivos biologicamente plausíveis, o sistema gestual se teria convertido em sistema vocal tendo subsequentemente adquirido a propriedade da dualidade que, como vimos, permite um aumento considerável do vocabulário. Conseqüentemente, pode ser que as propriedades características das línguas, como as conhecemos, não tenham estado presentes desde o início, e que a língua tenha evoluído de uma não-língua.

No entanto, permanece o fato de que não só em todas as línguas conhecidas o canal vocal-auditivo é o que é primeira e naturalmente utilizado para a transmissão de sinais, como também todas as línguas conhecidas são, grosso modo, igualmente complexas, no tocante à sua estrutura gramatical.

A única exceção que se deve fazer em relação a esta última generalização diz respeito às línguas pidgin. São línguas especializadas, usadas no comércio ou atividades semelhantes, por aqueles que não dispõem de qualquer outra língua em comum. É característico dos pidgins ter uma gramática simplificada e um vocabulário altamente restrito, se comparados à língua ou às línguas de que provêm. Porém são usados para fins muito restritos; e quando, como aconteceu diversas vezes, o que se originou como pidgin vem a ser usado como língua-mãe de uma comunidade lingüística, ele não só se mune de um vocabulário mais extenso, como desenvolve sua própria complexidade gramatical. É sob este prisma, mais do que em relação à sua origem, que os pidgins são diferenciados pelos lingüistas das chamadas línguas crioulas. Tais línguas podem parecer ou soar muito semelhantes aos pidgins, mas não estão mais próximas de ser primitivas — ou seja, de uma estrutura rudimentar — do que qualquer uma das milhares de línguas naturais que, pelo que sabemos, não se originaram como pidgins (v. 9:3).

Evidentemente há diferenças consideráveis nos vocabulários das diferentes línguas. Portanto, é possível que seja necessário aprender uma outra língua ou pelo menos um vocabulário especializado para que se possa estudar um assunto específico ou discorrer satisfatoriamente sobre ele. Neste sentido uma língua pode adaptar-se melhor do que outra a determinados fins específicos. O que não significa, entretanto, que uma seja intrinsecamente mais rica ou pobre que a outra. Todas as línguas vivas, pode-se presumir, são por natureza sistemas eficientes de comunicação. À medida que se modificam as necessidades de comunicação de uma sociedade, também se modificará a língua por ela falada, para atender às novas exigências. O vocabulário será ampliado, seja tomando emprestadas palavras estrangeiras, seja criando-as a partir de seus próprios vocábulos já existentes. O fato de que muitas línguas faladas nos, por vezes, chamados países subdesenvolvidos não dispõem de palavras correspondentes a conceitos e produtos materiais oriundos da moderna ciência e tecnologia não implica que tais línguas sejam mais primitivas do que as que têm tais itens. Demonstra tão somente que certas línguas, pelo menos até agora, não foram ainda utilizadas por aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Concluindo, é preciso enfatizar que o princípio de não haver línguas primitivas não é tanto um achado da pesquisa lingüística quanto uma hipótese operacional. É preciso deixar margem à possibilidade de que as línguas realmente difiram em complexidade gramatical e que tais diferenças não tenham sido até hoje descobertas pelos lingüistas. É tão anticientífico negar tal possibilidade quanto seria dizer que o latim é intrinsecamente mais nobre e expressivo que o hotentote ou alguma língua aborígine australiana.

LEITURAS COMPLEMENTARES

A maioria das introduções à lingua(gem) e à lingüística cobrem com maior ou menor detalhe, e sob pontos de vista diferentes, os tópicos tratados no capítulo 1: consta da Bibliografia uma série destes trabalhos.

Os alunos sem grande conhecimento do assunto poderiam começar com Aitchison (1978), capítulos 1-2; Akmajian, Demers & Harnish (1979), capítulos 1-5; Chao (1968); Crystal (1971), capítulo 1; Fowler (1964), capítulo 1; Fromkin & Rodman (1974), capítulos 1-2; Lyons (1970), capítulo 1; Robins (1974); Smith & Wilson (1979), capítulo 1. Poderiam então passar a alguns livros e artigos marcados com asterisco na Bibliografia, muitos dos quais contêm capítulos ou seções relevantes.

Sobre fala e escrita, ver também Basso (1974); Gelb (1963); Haas (1976); Householder (1971), capítulo 13; Lyons (1977b), seções 3.1-3.3; Uldall (1944); Vachek (1949; 1973); e alguns dos trabalhos gerais sobre fonética, listados nas Leituras Complementares do capítulo 3, abaixo.

Sobre o ponto de vista semiótico (inclusive a comunicação animal), ver também Aitchison (1976); Cherry (1957); Eco (1976); Hinde (1972), capítulos 1-3;

Hockett (1960); Hockett & Altmann (1968); Householder (1971), capítulo 3; Lyons (1977b), seções 3.4, 4.1-4.2; McNeill (1970), capítulo 4; Sebeok (1968, 1974a); Thorpe (1974).

Sobre trabalhos recentes com chimpanzés, ver Akmajian, Demers & Harnish (1979), capítulo 14; Brown (1970); Clark & Clark (1977; 520-3); Linden (1976); Premack (1977); Rumbaugh (1977).

Sobre os sistemas de sinais usados pelos surdos, ver Klima & Bellugi (1978); Siple (1978); Stokoe (1961).

Sobre a origem da linguagem, ver também Hewes (1977); Lieberman (1975); Stam (1977); Wescott (1974).

Outros tópicos tratados neste capítulo são abordados em mais detalhe nos capítulos 8-10 onde são dadas mais referências.

PERGUNTAS E EXERCÍCIOS

1. Explique o que se quer dizer com independência de estímulo.
2. "Desempenho pressupõe competência, ao passo que a competência não pressupõe desempenho" (p. 22). Discuta.
3. Que distinção, se houver, você traçaria entre competência lingüística e fluência?
4. "É bastante freqüente que o leigo pense que a escrita é de alguma forma mais básica que a fala. Por pouco, o inverso é verdade" (Hockett, 1958:4). Discuta (referindo-se em especial a 'básica' e 'por pouco').
5. A língua é por vezes chamada de 'comportamento verbal'. Discuta a adequação deste termo quanto a (a) 'verbal' e (b) 'comportamento'.
6. Em que sentido, e em que medida, a língua escrita é a mesma que a falada? Que tipo de informação é possível, ou muito difícil, de se codificar na escrita, embora seja natural e normalmente codificado na fala?
7. Você poderia apresentar sentenças que sejam ambíguas escritas mas distintas na língua falada? Da mesma forma, há sentenças ambíguas na língua falada, que não o sejam na escrita? (Como esta questão de transferência de meio é afetada (a) por diferenças de sotaque e dialeto e (b) por se reconhecer devidamente a distinção entre componentes lingüísticos e não-lingüísticos?)
8. Como sua língua se compara, a outras de seu conhecimento, em relação ao elo que existe entre ortografia e pronúncia? Quais os argumentos contra e a favor de uma reforma ortográfica?
9. Apresente alguns exemplos do dia-a-dia ilustrando a transmissão da língua escrita pelo canal vocal-auditivo, e por outro lado, da transmissão da língua falada por meio da escrita.
10. "Se eu mudar a pronúncia do meu nome a lei não se incomoda...; mas se mudar a grafia... devo ir a um tribunal para legitimá-lo. E os advogados têm 100% da opinião pública a seu favor..." (Householder, 1971:353; v. também Hockett, 1958:549). Normalmente é mesmo apenas a língua escrita que goza de reconhecimento legal?
11. Que outros tipos de não-arbitrariedades existem nas línguas naturais além da onomatopéia?
12. Haverá alguma conexão necessária entre dualidade e significação?

13. Explique o que se quer dizer com *descontinuidade* com respeito à (a) escrita e (b) à fala.
14. Que distinção, se houver, você estabeleceria entre *produtividade* e *criatividade*?
15. "O *paralelismo* mais extenso e impressionante é o que há entre a *linguagem* e a *dança das abelhas*, que compartilham ambas de *produtividade*, um certo *deslocamento*, e uma certa *especialização*" (Hockett, 1958:581). Discuta.
16. "todos os seres humanos normais adquirem a *linguagem*, enquanto que a *aquisição* de até mesmo os mais primitivos rudimentos *lingüísticos* está totalmente fora da capacidade de um chimpanzé, senão por isso, *inteligente*" (Chomsky, 1972a:66). Tal asserção foi falsificada pelos recentes trabalhos realizados com estes animais?
17. "Tanto as crianças surdas quanto os chimpanzés aprendem seu primeiro sinal muito antes que as crianças normais digam a primeira palavra, o que sustenta a noção de que ontogeneticamente e filogeneticamente estamos equipados para uma *linguagem gestual* antes de estarmos equipados para *falar*" (Linden, 1976:72). Discuta.
18. Os sistemas de *senalização* usados pelos surdos têm o direito de se chamar *língua natural* ou não?
19. Geralmente, como se diferenciam *sotaques* de dialetos? Que sentido podemos dar, como *lingüistas*, à afirmação de que (a) um estrangeiro e (b) um nativo "não têm *sotaque*"? (Tais perguntas podem ser discutidas de um ponto de vista não técnico, agora, mas ver 9.2.)
20. "Há lugar para *dialetos regionais* e para o *inglês da Rainha*. O lugar do *sotaque regional* é onde ele nasceu; é adequado ao bar da esquina, ao campo de futebol, aos bailes da cidadezinha. O *inglês da Rainha* é para uma emissão da BBC sobre o *Existencialismo*, o *coquetel*, a *entrevista para um melhor emprego*" (Burgess, 1975:16). Discuta.

2

Lingüística

2.1. Ramificações da lingüística

"Como vimos, tanto a *linguagem* quanto as *línguas* podem ser estudadas sob diferentes pontos de vista. Portanto, o campo total da *lingüística* pode ser dividido em diversos subcampos segundo o ponto de vista adotado ou a ênfase especial dada a um conjunto de fenômenos, ou premissas, ao invés de outro."

A primeira distinção a se estabelecer é entre a *lingüística geral* e a *descritiva*. É bastante direta em si mesma. Corresponde à que existe entre *estudar a linguagem* e *descrever determinadas línguas*. A pergunta "O que é a *lingua(gem)*?" que, no capítulo anterior, dissemos ser a *indagação central* e *definidora* de toda a disciplina, é mais adequadamente considerada a *indagação central* da *lingüística geral*. A *lingüística geral* e a *descritiva* não são absolutamente estanques. Cada uma depende explícita ou implicitamente da outra: a *lingüística geral* fornece conceitos e categorias em termos dos quais as *línguas* serão analisadas; a *lingüística descritiva*, por sua vez, fornece dados que confirmam ou refutam as proposições e teorias colocadas pela *lingüística geral*. Por exemplo, o *lingüista geral* poderia formular a hipótese de que todas as *línguas* possuem nomes e verbos. O *lingüista descritivo* poderia refutá-la com base em uma comprovação empírica de que houvesse pelo menos uma *língua* em cuja descrição tal distinção não se verificasse. Porém, para refutar ou confirmar a hipótese, o *lingüista descritivo* deve operar com determinados conceitos como "nome" e "verbo" que lhe foram fornecidos pelo *lingüista geral*.

Evidentemente há toda uma gama de motivos pelos quais se desejaria descrever uma certa *língua*. Muitos dos que trabalham com *lingüística descritiva* o fazem não porque estão interessados em fornecer dados para a *lingüística geral*, ou em testar teorias e hipóteses conflitantes, mas porque querem apresentar uma *gramática* de referência ou um *dicionário* para fins práticos. No entanto, tal fato não afeta a interdependência dos dois subcampos complementares da *lingüística*, a *geral* e a *descritiva*.

Durante o século XIX os *lingüistas* ocuparam-se muito da investigação sobre os detalhes do desenvolvimento histórico de *línguas específicas*

e da formulação de hipóteses gerais sobre as mudanças das línguas. O ramo da disciplina que trata destes assuntos é hoje conhecido, naturalmente, por lingüística histórica. É óbvio que na lingüística histórica, como na não-histórica, o interesse pode estar na linguagem em geral ou nas línguas em particular. É conveniente mencionar agora os termos 'diacrônica' e 'sincrônica', mais técnicos para o caso. Foram inicialmente usados por Saussure (cuja distinção entre 'langue' e 'parole' já foi mencionada no capítulo anterior). Uma descrição diacrônica de uma língua percorre o desenvolvimento histórico da mesma e registra as mudanças que nela ocorreram entre pontos sucessivos no tempo: "diacrônico", portanto, é equivalente a "histórico". A descrição sincrônica é não-histórica: apresenta uma imagem da língua tal qual ela se encontra em determinado ponto no tempo.

Uma terceira dicotomia é a que se verifica entre lingüística teórica e aplicada. Essencialmente, a lingüística teórica estuda a linguagem e as línguas com vistas a construir uma teoria de sua estrutura e funções, independente de quaisquer aplicações práticas que a investigação da linguagem e das línguas possa ter, enquanto que a aplicada ocupa-se da aplicação dos conceitos e descobertas da lingüística a uma série de tarefas práticas, inclusive o ensino de línguas. Em princípio, a distinção entre lingüística teórica e aplicada independe das outras duas até agora estabelecidas. Na prática, pouca diferença há entre os termos "lingüística teórica" e "lingüística geral": a maioria dos estudiosos que utilizam o termo "lingüística teórica" parte do pressuposto de que o objetivo desta é formular uma teoria satisfatória da estrutura da linguagem em geral. No que diz respeito à lingüística aplicada, fica claro que ela se vale tanto do aspecto geral quanto do descritivo.

A quarta e última dicotomia refere-se a uma visão mais estreita ou mais ampla do escopo do assunto. Não há uma distinção terminológica universalmente aceita para tal caso: usaremos os termos 'microlingüística' e 'macrolingüística', dizendo que na microlingüística adota-se a visão mais estreita, e na macrolingüística a mais ampla. De forma mais estreita, a microlingüística trata unicamente de sistemas lingüísticos, sem contar a forma pela qual as línguas são adquiridas, armazenadas no cérebro ou utilizadas em suas várias funções; sem contar a interdependência entre língua e cultura; sem contar os mecanismos fisiológicos e psicológicos envolvidos no comportamento lingüístico; em suma, independente de tudo que não seja um sistema lingüístico, considerado (como Saussure, ou melhor, seus editores, diriam) em si e por si. De forma mais ampla, a macrolingüística trata de tudo o que é pertinente, de alguma forma, seja qual for, à linguagem ou às línguas.

Uma vez que, além da lingüística, muitas outras disciplinas se ocupam da lingua(gem), não causa surpresa que várias áreas interdisciplinares se

tenham identificado com a macrolingüística, recebendo nomes distintivos: sociolingüística, psicolingüística, etnolingüística, estilística etc.

Um ponto que se deve enfatizar é que a distinção entre microlingüística e macrolingüística depende da diferenciação entre lingüística teórica e aplicada. Há, em princípio, um aspecto teórico em cada ramificação da macrolingüística. De tal maneira que em certas áreas da lingüística aplicada, como o ensino de línguas, é essencial adotar-se a visão mais ampla da estrutura e funções das línguas, ao invés da mais estreita. É por isso que alguns autores incorporaram o que aqui denominamos macrolingüística à lingüística aplicada.

Examinaremos algumas áreas da macrolingüística em capítulos posteriores. Poder-se-ia pensar que, em face da reconhecida importância da língua em tantas disciplinas, a lingüística deveria adotar a visão mais abrangente possível de seu objeto de estudo. Em certo sentido é verdade. O problema é que ainda não há, e pode ser que não haja nunca, um quadro teórico satisfatório dentro do qual se possa ver a lingüística, simultaneamente, sob o ponto de vista psicológico, sociológico, cultural, estético e neurofisiológico (para não falar em outros igualmente relevantes). A maior parte dos lingüistas defende hoje que é a microlingüística sincrônica teórica que constitui o cerne de sua disciplina, dando-lhe toda unidade e coerência que tem. Praticamente metade deste livro será dedicada a este núcleo central; o restante tratará da lingüística histórica e de áreas selecionadas da macrolingüística.

2.2 A lingüística é uma ciência?

A lingüística é normalmente definida como ciência da linguagem, ou alternativamente, como estudo científico da linguagem (v. 1.1). O próprio fato de que há uma seção neste livro e em outras introduções à lingüística, explicitamente dedicada à discussão do *status* científico desta disciplina não deve deixar de ser comentado. Afinal, disciplinas cujo *status* científico é inquestionável — a física, a química, a biologia etc. — não têm necessidade de justificar sua reivindicação de se chamar ciência. Por que deveria a lingüística preocupar-se tanto em defender a validade de seu título? E por que, ao defender suas credenciais científicas, o lingüista tantas vezes dá a impressão de protestar em demasia? O leitor tem todo o direito de levantar suspeita.

O primeiro ponto a se salientar é que a palavra inglesa 'science' tem uma abrangência muito menor do que muitas de suas traduções convencionais em outras línguas: tais como 'Wissenschaft' em alemão, 'nauka' em russo e mesmo 'science' em francês. A lingüística, mais do que a maioria das outras disciplinas, sofre das implicações muito específicas das palavras

inglesas 'science' e 'scientific' que se referem, antes de mais nada, às ciências naturais e aos métodos de investigação que lhes são característicos. Isto ainda é verdade; apesar de que expressões como 'ciências sociais', 'ciências do comportamento' e 'ciências humanas' se façam cada vez mais comuns. Deveríamos, pois, interpretar a palavra 'ciência' no título desta seção como simplesmente 'disciplina acadêmica devidamente constituída'?

Há bem mais nesta questão do que nos sugeria tal interpretação. A maioria dos lingüistas que adotam a definição de sua disciplina como sendo o estudo científico da língua o fazem por ter em mente uma distinção entre uma forma científica e acientífica de realizar a tarefa. Podem discordar sobre algumas das implicações da palavra 'científico', como os filósofos e historiadores da ciência. Mas concordam unanimemente sobre as principais diferenças entre o estudo científico da língua e o estudo não-científico. Começemos, então, com os pontos unânimes.

O primeiro e mais importante deles é que a lingüística é empírica, ao invés de especulativa e intuitiva: opera com dados publicamente verificáveis por meio de observações e experiências. Ser empírica, neste sentido, é para a maioria a própria marca registrada da ciência. Estreitamente relacionada à propriedade de ser empiricamente embasada está a da objetividade. A língua é algo que normalmente não nos preocupa: algo familiar desde a infância, de uma maneira prática e irrefletida. Tal familiaridade prática com a língua tende a representar uma barreira para um exame objetivo. Há diversos tipos de preconceitos sociais, culturais e nacionalistas associados à visão leiga da linguagem e das línguas. Por exemplo, um sotaque ou dialeto de determinada língua pode ser considerado inerentemente mais puro que outro; ou, uma vez mais, certa língua pode ser tida por mais primitiva que outra. A objetividade exige, no mínimo, que se lance um desafio contra tais concepções e que termos como 'puro' e 'primitivo' sejam claramente definidos ou abandonados.

Muitas das concepções sobre a língua que o lingüista coloca em questão, se é que não as abandona totalmente, podem parecer um princípio de mero bom senso. Porém, como observou Bloomfield (1935:3), a respeito do bom senso na abordagem de questões lingüísticas: 'como muito do que se disfarça em bom senso, é na realidade altamente sofisticada e provém, sem grande distanciamento, das especulações dos filósofos da Antiguidade e da Idade Média'. Nem todos os lingüistas têm uma opinião tão desfavorável sobre estas especulações filosóficas da linguagem quanto Bloomfield. Mas seu parecer geral é válido. Os termos usados pelos leigos para falar sobre a língua, bem como suas atitudes em relação a ela, têm a sua história. Muitas vezes pareceriam menos obviamente aplicáveis ou evidentes se soubessem algo sobre suas origens históricas.

Não entraremos neste livro pelos caminhos históricos da lingüística. Alguns comentários gerais, em contrapartida, são pertinentes. As intro-

duções à lingüística costumam traçar uma distinção nítida entre gramática tradicional e lingüística moderna, contrastando o *status* científico desta com o *status* não-científico daquela. Há boas razões para haver esta diferenciação e para ressaltar que muitas das concepções erradas sobre a língua, populares em nossa sociedade, podem-se explicar, historicamente, em termos das premissas filosóficas e culturais que determinaram o desenvolvimento da gramática tradicional. Algumas destas concepções serão apontadas e discutidas na seção seguinte. Deve-se frisar, entretanto, que a lingüística, como qualquer outra disciplina, constrói sobre o passado, não só desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as. Muitos trabalhos recentes, descrevendo os grandes avanços na investigação científica da linguagem feitos nos últimos cem anos, mais ou menos, deixaram de enfatizar a continuidade da teoria lingüística ocidental desde seus primórdios até os dias de hoje. Muitas vezes foram também anacrônicos, por não tratar a gramática tradicional em termos dos objetivos que ela estabeleceu para si mesma. Não se deve esquecer que os termos 'ciência' e 'científico' (ou seus precursores) foram concebidos de forma diferente em diferentes épocas.

Também deveria ser salientado que o que geralmente se conhece por 'gramática tradicional' — ou seja, a teoria lingüística ocidental voltando pela Renascença e pela Idade Média até a erudição romana e, antes dela, a grega — é muito mais rica e variada do que normalmente se supõe. Além do mais, inúmeras vezes o que se ensinou foi uma versão equívoca e distorcida da gramática tradicional, para muitas gerações de alunos relutantes e desinteressados. Ultimamente os lingüistas vêm adotando uma perspectiva mais equilibrada quanto à contribuição que a gramática tradicional — continuaremos com este termo — vem prestando ao desenvolvimento de sua disciplina. Há ainda muito a se pesquisar sobre as fontes originais que sobreviveram dos períodos mais antigos. Porém há hoje várias histórias da lingüística dando conta mais satisfatoriamente dos fundamentos e desenvolvimento da gramática tradicional, mais do que havia à disposição da geração de Bloomfield e de seus sucessores imediatos.

Voltemos, pois, ao estado atual da lingüística. Sem dúvida alguma ela é hoje mais empírica e objetiva, em suas atitudes e premissas expressas, pelo menos, do que a gramática tradicional. Examinaremos algumas de tais atitudes e premissas na seção seguinte, de uma forma mais detalhada. Entretanto, será que na prática ela é tão empírica e objetiva quanto afirma ser? Eis aqui, por certo, uma possibilidade de dúvida. Existe também a possibilidade de uma contenda, em nível mais sofisticado de discussão, quanto à natureza da objetividade científica e à aplicabilidade ao estudo da língua daquilo que se conhece comumente como método científico.

Na realidade, cientistas e filósofos da ciência já não aceitam mais tão unanimemente a existência de um único método de investigação, apli-

cável a todos os ramos da ciência. O próprio termo 'método científico' tem uma aura antiquada, até mesmo de século passado. Por vezes é dito que a investigação científica deve necessariamente proceder de uma generalização indutiva com base na observação teoricamente não-controlada. Realmente, isto é o que muitos afirmam estar implicado no termo 'método científico'. Mas poucos são os que, mesmo nas ciências naturais, trabalharam desta forma. Seja qual for o significado do conceito de objetividade científica, ele certamente não implica que o cientista deva evitar a elaboração de teorias e a formulação de hipóteses gerais até que tenha levantado uma quantidade suficiente de dados. Os dados científicos, como diversas vezes foi indicado, não são oferecidos gratuitamente pela experiência, mas sim dela extraídos. Observação acarreta atenção seletiva. Não há observação e coleta de dados que não estejam ligados a uma teoria e a uma hipótese. Para usar uma frase da moda, que surgiu com Popper, a observação, por necessidade e desde o início, pressupõe a teoria.

A frase é sugestiva, mas controversa. Surgiu como reação ao enfoque fortemente empirista dado à ciência, lançado pelos positivistas lógicos no período que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Os estudantes de lingüística deveriam conhecer um pouco o empirismo e o positivismo. Sem este conhecimento — embora não precise ser muito detalhado ou profundo — não se pode esperar que compreendam algumas das questões teóricas e metodológicas que atualmente dividem as escolas lingüísticas. Segue-se uma informação mínima necessária, apresentada, na medida do possível, imparcialmente e sem comprometimento com qualquer um dos lados em áreas de sabida controvérsia. Controvérsias, deveríamos acrescentar, são necessárias não só à lingüística mas a toda a ciência. No entanto, elas têm uma relevância especial para o lingüista, na medida em que certos progressos recentes, na lingüística e na filosofia da linguagem, associados aos trabalhos e às idéias de Chomsky, causaram um impacto considerável na discussão mais geral do empirismo e positivismo, tanto da parte de filósofos e psicólogos, quanto de outros cientistas sociais (v. 7.4).

O empirismo é muito mais do que a adoção de métodos empíricos de verificação e confirmação: portanto, há uma distinção crucial a se traçar entre 'empirista' e 'empírico'. O termo 'empirismo' refere-se à concepção de que todo o conhecimento provém da experiência — o vocábulo grego *'empeiria'* significa, aproximadamente, "experiência" — e, mais particularmente, de dados da percepção e dos sentidos. Opõe-se, em uma controvérsia filosófica de longa data, ao 'racionalismo' — do latim *'ratio'*, que significa, neste contexto, "mente", "intelecto" ou "razão". Os racionalistas enfatizam o papel da mente na aquisição do conhecimento. Sustentam, particularmente, a existência de certos conceitos ou proposições apriorísticas (*'a priori'* significa, numa interpretação tradicional, "conhecido independentemente da experiência") em função dos quais a mente interpreta

os dados da experiência. Voltaremos a certos aspectos mais específicos da controvérsia entre empirismo e racionalismo ao discutirmos o gerativismo (v. 7.4).

Não é preciso, para nossos fins, estabelecer uma distinção entre empirismo e positivismo. O primeiro apresenta um histórico mais longo e é muito mais amplo, em escopo, como atitude filosófica. Mas os dois são aliados naturais e estreitamente associados em tudo o que nos interessa no momento. O positivismo repousa sobre a distinção entre os chamados dados positivos da experiência e as especulações transcendentais de diversos tipos. Tem uma visão mais secular e antimetafísica, rejeitando qualquer apelo a entidades não-físicas. O objetivo dos positivistas lógicos do Círculo de Viena era chegar a um sistema único de uma ciência unificada, em que todo o corpo do conhecimento positivo estaria representado, em última análise, como um conjunto de proposições precisamente formuladas.

Dois outros princípios mais específicos eram ainda centrais nesta proposta. O primeiro era o agora famoso princípio de verificação: o princípio de que nenhuma formulação tinha significado a menos que pudesse ser verificada pela observação ou por métodos científicos padronizados, aplicados aos dados fornecidos pela observação. O segundo era o princípio do reducionismo: o princípio de que, entre as ciências, algumas eram mais básicas que outras — a física e a química sendo mais básicas que a biologia, a biologia mais básica que a psicologia e a sociologia, e assim por diante — e de que na grande síntese da ciência unificada os conceitos e proposições das ciências mais básicas seriam reduzidos aos conceitos e proposições (isto é, reinterpretados em termos destes) das ciências mais básicas. O reducionismo, ao contrário do princípio de verificação, caracterizou um grupo de cientistas muito mais amplo do que o Círculo de Viena há quarenta anos.

O princípio de verificação foi abandonado (embora tenha tido o seu papel na formação da teoria de condições de verdade do significado: v. 5.6) e o princípio do reducionismo é muito menos aceito por cientistas e filósofos da ciência do que foi quando Bloomfield escreveu seu livro clássico da lingüística em 1933. Menciono aqui a figura de Bloomfield porque, sem causar surpresa, ele era um seguidor convicto do empirismo e do positivismo. O que fica muito claro no segundo capítulo de seu livro. Estava, na realidade, estreitamente ligado ao movimento Unidade da Ciência e aceitava irrestritamente o princípio do reducionismo. Foi Bloomfield mais do que ninguém aquele que estabeleceu para a lingüística, especialmente na América, o ideal de ser verdadeiramente científica. Há, portanto, um legado historicamente explicável de empirismo e positivismo na lingüística.

O reducionismo, e de uma forma mais geral, o positivismo, já não é mais tão atraente para a maior parte dos cientistas como foi antigamente. Hoje em dia é amplamente aceito o fato de que não há um método cientí-

fico único aplicável a todos os campos; de que enfoques diversos devem não só ser tolerados, por questão de necessidade a curto prazo, em diferentes disciplinas, como podem ser justificáveis, também a longo prazo, em virtude de diferenças irreduzíveis nos assuntos tratados. Já desde o século XVII — do tempo de Descartes e Hobbes — houve dúvidas, expressas por alguns filósofos da ciência, sobre o programa positivista que propunha dar conta dos processos mentais em termos dos métodos e conceitos característicos das ciências físicas. Muito da psicologia e da sociologia de nosso século, como também grande parte da lingüística do século XX, é positivista em espírito. Mas nas três disciplinas, e mais obviamente na lingüística, o positivismo foi recentemente atacado por ser inaplicável ou estéril.

Em suma, a questão de uma disciplina ser ou não ser científica já não pode ser, se é que foi um dia, solucionada satisfatoriamente fazendo-se referência ao chamado método científico. Toda ciência bem estabelecida emprega seus próprios construtos característicos e seus próprios métodos de obtenção e interpretação de dados. O que apareceu no capítulo anterior como ficção — o sistema lingüístico — pode ser descrito, em termos cientificamente mais respeitáveis, como construto teórico. Pode-se questionar a realidade de tais construtos, assim como se podem questionar os construtos teóricos da física e da bioquímica. É mais proveitoso, no entanto, investigar a respeito de cada construto teórico que se postule qual o objetivo explanatório que está preenchendo em relação aos dados.

Tudo o que acaba de se dizer sobre o empirismo, o positivismo e o atual *status* do chamado método científico pretende ser mais ou menos fatural e indiscutível. Agora passaremos a pontos controversos.

O primeiro refere-se à implicação da noção popperiana de observação pressupondo teoria. Há controvérsia no uso do termo 'teoria'. O que Popper tinha em mente, e atacava, era a nítida distinção traçada pelos positivistas lógicos entre observação, que em si era tida por neutra teoricamente, e construção de uma teoria, tida por uma questão de generalização indutiva. Ele estava indubitavelmente certo ao desafiar a nitidez da distinção e, mais especialmente, a posição de que a observação e a coleta de dados podem, e devem, acontecer antes da formulação da hipótese. Comumente ocorre que a seleção dos dados é determinada por alguma hipótese que o cientista deseja testar; e não importa como se chegou a tal hipótese. O fato de que a noção positivista de uma observação e coleta de dados não-seletiva seja inválida não significa que não haja absolutamente distinção entre conceitos pré-teóricos e teóricos. Trata-se de um abuso para com o termo 'teoria' agrupar dentro de seu significado todas as concepções e expectativas prévias com que se enfoca o observável e se faz a seleção. Recorreremos à distinção entre conceitos pré-teóricos e teóricos em vários pontos dos capítulos seguintes; e partiremos do princípio de que a observação, embora

necessariamente seletiva, pode sujeitar-se a controles metodológicos satisfatórios, tanto na lingüística como em outras ciências de base empírica.

Um segundo ponto controverso — que é de especial importância na lingüística atual — refere-se ao papel da intuição e aos problemas metodológicos que surgem a este respeito. O termo 'intuição' leva consigo certas associações corriqueiras bastante desfavoráveis. Tudo o que se quer dizer ao mencionar as intuições de um falante nativo sobre sua própria língua são seus julgamentos espontâneos e naturais sobre a aceitabilidade ou inaceitabilidade de enunciados, sobre sua equivalência ou não, e assim por diante. Houve época em que os lingüistas acreditaram que era em princípio possível fugir à necessidade de pedir a falantes nativos que fizessem julgamentos intuitivos sobre sua língua, simplesmente por coletar-se um *corpus* suficientemente grande de dados naturalmente produzidos, submetendo-os em seguida a uma análise exaustiva e sistemática. Pouquíssimos lingüistas adotam hoje tal posição. Ficou claro que muitos enunciados que ocorrem naturalmente são, por motivos lingüisticamente irrelevantes, inaceitáveis e que também nenhum *corpus*, seja qual for sua extensão, poderá conter exemplos de todos os tipos de enunciados aceitáveis. Mas o recurso a evidências intuitivas continua controverso. E há dois aspectos na questão.

O primeiro diz respeito ao problema de as intuições a que o lingüista se refere serem parte da competência lingüística como tal, do falante nativo. Se for o caso, na definição chomskiana de 'competência' e em sua formulação dos objetivos da lingüística, as próprias intuições tornam-se parte do que qualquer descrição lingüística deve diretamente cobrir. A maioria dos lingüistas provavelmente não gostaria de afirmar que a descrição de uma língua deva tratar a intuição dos falantes nativos como dado. Voltaremos a esta discussão ao falar do gerativismo (v. 7.4).

O segundo aspecto da controvérsia diz respeito à confiabilidade dos julgamentos dos falantes nativos, considerados como relatos ou previsões do comportamento lingüístico seu e de outros falantes. O consenso entre os lingüistas parece ser de que tais julgamentos são altamente, pelo menos em determinadas situações, não-confiáveis. Não só os falantes nativos frequentemente discordam uns dos outros, sobre o que é ou não é aceitável, quando não há qualquer outra razão para crer que falam dialetos diferentes, como também seus próprios julgamentos variam com o tempo. Além disso, acontece muitas vezes de um falante nativo rejeitar um enunciado como inaceitável, a ele apresentado pelo lingüista descritivo, e depois ser ouvido produzindo aquele mesmo enunciado em um contexto natural do uso da língua. No que diz respeito às introspecções que o lingüista tem sobre sua própria língua, são pelo menos tão pouco confiáveis, embora muitas vezes por outras razões, quanto às intuições do leigo. O lingüista pode estar menos preocupado que o leigo com os padrões convencionais do uso correto da língua (por exemplo, admitindo abertamente que ele diz 'It's me' ao

invés de *'It's I'*).^{*} Porém, seus julgamentos têm uma probabilidade maior de ser distorcidos por sua própria consciência das implicações que têm para uma ou outra questão teórica. As introspecções do lingüista sobre o comportamento lingüístico seu e de outros podem muito bem estar impregnadas de teoria, mesmo se a observação direta da conversação espontânea não estiver.

Há na realidade problemas metodológicos bastante sérios quanto à coleta de dados confiáveis, devido a uma série de questões existentes na lingüística teórica. Mas não são mais sérios que os problemas metodológicos que se interpõem no caminho dos que trabalham com psicologia, sociologia ou, em geral, com qualquer ciência social. E sob certos aspectos o lingüista está em melhores condições do que a maior parte dos cientistas sociais, uma vez que é suficientemente clara a parte pertinente ao comportamento lingüístico, e a parte não pertinente, em tudo o que é observável. Acresça-se que há áreas bastante vastas, na descrição de qualquer língua, para as quais a confiabilidade das intuições dos falantes, ou mesmo das introspecções dos lingüistas, não representam maior problema. Não se deve, portanto, exagerar nos problemas metodológicos que surgem ao longo da pesquisa lingüística.

No parágrafo anterior foi feita uma referência à psicologia, à sociologia e a outras ciências sociais. Muitos lingüistas, talvez a maioria deles, classificariam sua disciplina no grupo das ciências sociais. Mas a lingüística não se presta a uma classificação direta dentro de qualquer divisão da pesquisa acadêmica que tome por fundamental, seja a distinção entre ciência e arte, seja a distinção tripartite entre ciências naturais, sociais e humanas. A utilização cada vez maior de expressões como 'ciências da vida', 'ciências do comportamento', 'ciências humanas' ou 'ciências da terra' indicam que muitas disciplinas sentem a necessidade de um reagrupamento estratégico ou tático que pouco tem a ver com as distinções convencionais. Que a lingüística, como cadeira na Universidade, seja colocada em uma área e não na outra é muito uma questão de conveniência administrativa. Como já se frisou anteriormente, ela mantém ligações com uma gama bastante vasta de disciplinas acadêmicas. Dizer que a lingüística é uma ciência não é negar que, em virtude de seu objeto de estudos, ela esteja estreitamente ligada a disciplinas eminentemente humanistas como a filosofia e a crítica literária.

Nas seções seguintes serão discutidos diversos princípios que geralmente são aceitos pacificamente pelos lingüistas de hoje. Na maior parte das vezes poderão ser tomados como produto do ideal científico de objetividade. Como a lingüística moderna, ao afirmar sua objetividade, tantas

vezes proclamou sua individualidade a este respeito, face à gramática tradicional, eles são freqüentemente apresentados em contraste com os princípios que determinaram as atitudes e premissas características do gramático tradicional.

2.3 Terminologia e notação

Toda disciplina dispõe de um vocábulo técnico próprio. A lingüística não é exceção. A maioria dos termos técnicos usados pelos lingüistas aparece durante o seu trabalho e é facilmente compreendida pelos que encaram o assunto com simpatia e sem preconceito.

Muitas vezes se objeta que a terminologia, ou o jargão, da lingüística é desnecessariamente complexo. Por que o lingüista tem tanta facilidade de criar novos termos? Por que não se contenta de falar em sons, palavras e partes da fala, ao invés de inventar termos técnicos novos como 'fonema', 'morfema' e 'classe formal'? A resposta é que a maior parte dos termos corriqueiros que se usam com referência à língua — muitos dos quais, aliás, surgiram como termos técnicos da gramática tradicional — é imprecisa ou ambígua. O que não quer dizer que o lingüista, como todos os especialistas, não possa ser acusado, por vezes, de um pedantismo terminológico impropriedade. Em princípio, entretanto, o vocabulário lingüístico especializado, se controlado e adequadamente empregado, serve mais para esclarecer do que para mistificar. Elimina muitas ambigüidades e possíveis equívocos.

Com a notação, o mesmo que com a terminologia. Usamos o termo *'language'* tanto para falar na linguagem quanto para falar nas línguas. Com isso, precisamos poder identificar exatamente que partes ou traços de uma língua estamos mencionando. O uso de convenções especiais de notação facilita muito esta missão. Por exemplo, poderíamos querer diferenciar o significado de uma palavra de sua forma, e ambos — significado e forma — da palavra em si. Infelizmente não há um sistema de notação universalmente aceito pelo qual se estabeleçam essas e outras distinções. No presente trabalho, faremos um uso distintivo de aspas simples, aspas duplas e itálicos. Por exemplo, diferenciaremos "mesa" de *mesa*, a primeira sendo o significado e a última a forma (ou uma das formas) da palavra 'mesa'. Por meio de tais convenções, poderemos manter distintos, como veremos mais adiante, pelo menos dois dos sentidos da palavra 'palavra': no primeiro, refere-se a algo que esperamos ver listado no dicionário da língua; no segundo, refere-se ao que estaria impresso espaçadamente como uma seqüência de letras em um texto escrito.

Outras convenções serão introduzidas mais tarde, possibilitando a distinção entre formas faladas e escritas; e formas faladas de um tipo (foné-

^{*} Um exemplo equivalente em português seria admitir abertamente que usa 'para mim fazer' ao invés de 'para eu fazer'. (N. do T.)

ticas) e formas faladas de outro tipo (fonológicas); e assim por diante. O ponto que se defende aqui é o de que várias convenções de notação são, senão absolutamente essenciais, pelo menos muito úteis para a referência de dados da língua e para o esclarecimento sobre o que se está discutindo. Têm ainda uma outra vantagem, a de forçar o lingüista a pensar cuidadosamente sobre certas diferenciações que de outra forma passariam despercebidas. Muitas vezes é difícil ser absolutamente coerente na aplicação de determinadas convenções; e esta dificuldade leva a uma nova avaliação da distinção teórica para a qual fora estabelecida primeiramente a convenção de notação. Eis uma das vias pelas quais se atingem os progressos em qualquer disciplina.

2.4 A lingüística é descritiva, não prescritiva

O termo 'descritiva' está sendo empregado aqui em uma acepção diferente do que aquela que se opõe seja a 'geral', por um lado, seja a 'histórica', por outro. O contraste relevante neste caso é o que existe entre *descrever* como as coisas são e *prescrever* o que devem ser. Uma alternativa para 'prescritiva', na acepção que contrasta com 'descritiva', é 'normativa'. Dizer que a lingüística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar as regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade lingüística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas, de correção exógenas.

Talvez seja confuso utilizar o termo 'regra', como acabo de fazer, nestes dois sentidos tão diferentes. Com ou sem razão, os lingüistas falam nestes termos. Portanto, é possível que valha à pena ilustrar a diferença entre os dois tipos de regra — chamemos a uma de imanente e a outra de transcendente, respectivamente — com um exemplo outro que o uso da língua. Vejamos o comportamento sexual em uma determinada sociedade. Se adotarmos o ponto de vista puramente descritivo (isto é, não-normativo) na investigação do comportamento sexual, tentaremos descobrir como as pessoas realmente se comportam: se praticam o sexo antes do casamento, e neste caso, que tipo e desde que idade; se os esposos e esposas são igualmente fiéis ou infiéis uns aos outros; e assim por diante. Na medida em que o comportamento de certos grupos dentro da comunidade é, na prática, governado por princípios determináveis — seja que os membros de tais grupos professem, ou mesmo estejam conscientes de tais princípios, ou não — podemos dizer que seu comportamento é regido por regras: as regras são imanescentes a seus comportamentos reais. Mas estas (se têm o direito de serem chamadas de regras) diferem muito quanto ao *status*, senão quanto ao conteúdo das regras de conduta que a lei, a religião ou simplesmente a moral convencional explícita pode haver prescrito. As pessoas podem obe-

decir ou não ao que chamo de regras transcendentais (isto é, exteriores e não-imanentes) do comportamento sexual. Além do mais, pode haver diferenças entre o seu comportamento real, e o comportamento que dizem, ou mesmo pensam, ter. Todas estas diferenças têm um correspondente no comportamento lingüístico. Contudo, a distinção mais importante é a que existe entre regras transcendentais (isto é, prescritivas) e regras imanescentes (isto é, descritivas). Um *dizer* e um *não-dizer*, se prescritivo, é uma ordem (Diga/Não diga X!); se descritivo, é uma afirmação (As pessoas dizem/não dizem X.).

A razão pela qual os lingüistas de hoje são tão insistentes com a distinção entre regras descritivas e prescritivas, é simplesmente que a gramática tradicional tinha um caráter acentuadamente normativo. O gramático acreditava que sua missão era formular os padrões de correção e impor, se necessário, aos falantes da língua, tais normas de comportamento. Muitos dos preceitos normativos da gramática tradicional serão conhecidos do leitor falante de inglês: "Nunca se deve usar uma negativa dupla" (*I didn't do nothing* [eu — auxiliar de negação no passado — fazer — nada]); "Não se termina uma sentença por preposição" (*That's the man I was speaking to* [literalmente, "aquele é o homem (que) eu estava falando com"]); "O verbo *to be* exige o mesmo caso antes e depois dele" (de formas que, pela aplicação desta regra, *It's me* [pronome reto neutro de 3ª pessoa — é — pronome oblíquo de 1ª pessoa] deveria ser corrigido para *It's I* [pronome reto neutro de 3ª pessoa — é — eu]); "*Ain't* [forma coloquial de registro baixo equivalente a *isn't*: 'não é/está'] é errado"; "Não se deve dividir o infinito" (como em *I want you to clearly understand* [eu quero (que) você — partícula de infinitivo — claramente — entenda]), em que *clearly* está inserido entre *to* e *understand*).[☆]

Considerando tais exemplos, rapidamente notamos que são bastante heterogêneos. Há certos dialetos do inglês em que as chamadas negativas-duplas nunca se empregam (ou seja, em que *I didn't do nothing* nunca é usado como equivalente do inglês-padrão *I didn't do anything* [Eu não fiz nada; literalmente: eu — auxiliar de negação no passado — fazer — algo]); há outros em que, de um ponto de vista meramente descritivo, esta é a construção correta. Quando se apresentam razões para a condenação de uma negativa dupla como incorreta, em termos de algum princípio prescritivo em referência ao qual o uso comum é julgado e considerado devedor, recorreremos à lógica em última instância. A lógica diz, supomos, que duas negativas valem uma positiva. O que merece diversos comentários. Primeiro, denuncia uma compreensão errônea do que seja a lógica e de

[☆] As regras da gramática tradicional no português, embora não exatamente as mesmas que em inglês, prescrevem por exemplo: (a) que pronome oblíquo tônico não ocupa posição de sujeito ('Isto é para eu fazer', e não 'Isto é para mim fazer'); (b) que

como ela opere; mas não precisamos entrar na questão da natureza dos axiomas lógicos e na complexidade de como a chamada lógica natural do comportamento lingüístico comum se relaciona com os sistemas lógicos, construídos e investigados pelos cientistas. O problema é que não há nada de inerentemente ilógico nas chamadas construções com negativas duplas. Nos dialetos em que são regularmente empregadas, operam de forma bastante sistemática, conforme as regras e princípios gramaticais de interpretação, imanentes no comportamento da comunidade dialetal em questão. Um segundo ponto a ser lembrado é o de que a chamada negativa dupla não pode ser adequadamente descrita, da forma como opera em determinados dialetos do inglês, sem se levar em consideração determinados traços de ênfase e entonação. As regras do inglês-padrão (ou seja, regras imanentes no comportamento lingüístico dos falantes de um determinado dialeto do inglês) permitem a existência de *I didn't do nothing* (significando, mais ou menos, "It is not true that I did nothing" [Não é verdade que eu não fiz nada]) contanto que *didn't* seja enfatizado ou, alternativamente, e com outras implicações ou pressuposições, que *do* ou *nothing* sejam pronunciados com uma ênfase especialmente forte. Nos dialetos em que *I didn't do nothing* (com a ênfase normal da fala) pode significar *I didn't do anything*, há também os significados que o inglês-padrão apresenta, mas a ênfase e entonação evitam que se misturem. Finalmente podemos notar que há muitas línguas em que a chamada negativa dupla ocorre no dialeto literário-padrão: por exemplo o francês, o italiano, o espanhol, o russo — só para mencionar algumas das línguas européias mais modernas e conhecidas. Mesmo o dialeto mais prestigiado do grego antigo — o grego clássico usado por Platão, Sófocles, Tucídides ou pelo próprio pai da lógica, Aristóteles — apresentava uma construção com negativa dupla. E, afinal, a gramática tradicional originou da descrição dos dialetos literários da Grécia Antiga!

Outros preceitos normativos da gramática tradicional — como por exemplo a condenação da cisão do infinitivo (... *to clearly understand*) ou a de *It's me* — provém da aplicação ao inglês de princípios e categorias estabelecidas originalmente para a descrição do grego e do latim. O fato é que as formas a que se aplica o termo 'infinitivo' são formas compostas de um único vocábulo em grego e latim, bem como em francês, alemão, russo, etc. Tradicionalmente as formas compostas de dois vocábulos, como *to understand*, *to go*, etc., também são chamadas de infinitivos, se bem que

a preposição e o fato do pronome ser objeto pedem caso oblíquo e não reto em contextos como 'Este assunto fica entre mim e você' (e não 'entre eu e você'), 'Ontem não o vi na escola' (e não 'não vi ele na escola'); e (c) que não se inicia um período por pronome átono ('Disseram-me que vinhas', e não 'Me disseram que vinhas') entre outras. (N. do T.)

suas funções sejam apenas parcialmente comparáveis às funções, digamos, dos infinitivos latinos. Como veremos adiante, o fato de uma forma poder ser dividida (no sentido que falamos em dividir o infinitivo) é um dos principais critérios que o lingüista aplica para decidir se uma forma é composta de um ou dois vocábulos. Visto que, por outros critérios e por convenções ortográficas da língua escrita, os infinitivos ingleses são compostos de duas palavras, não se pode objetar à sua cisão, em princípio. Quanto a condenar um *It's me*, etc., o fato é que o que se denomina na gramática tradicional de diferenças de casos (*I* vs. *me*, *she* vs. *her*, *he* vs. *him* [respectivamente, caso reto vs. oblíquo] etc.) não é encontrado em todas as línguas; nem tampouco algo que se possa identificar em termos de suas funções e características gramaticais como verbo significando "to be". Além disso, nas línguas em que há tanto um caso, quanto um verbo, identificável como sendo equivalente do latim 'esse', ou inglês 'to be', a diversidade das construções é tamanha que a regra tradicional "O verbo 'to be' exige o mesmo caso antes e depois dele" imediatamente se denuncia como é — uma regra normativa de base latina que não se sustenta em âmbitos mais gerais.

O que é interessante é que muitos falantes do que os gramáticos tradicionais classificariam de um bom inglês dizem e escrevem formas como *between you and I* [entre você e eu], *He told you and I* [Ele disse a você e eu] etc. Tais construções violam outra regra prescritiva tradicional do inglês: "Verbos e preposições levam o seu objeto para o acusativo". Resultam, presume-se, do que muitas vezes é chamado de hipercorreção: a extensão de alguma regra ou princípio, com base em uma má compreensão de seu domínio de aplicação, a uma gama de fenômenos aos quais originalmente não se aplicam. A natureza da regra prescritiva foi mal compreendida — tanto mais que muitos falantes que diriam naturalmente *You and me will go* [literalmente, "você e mim iremos"], jamais diriam *Me will go* ou *He told I* [literalmente, "Mim irei" e "Ele disse a eu", respectivamente]. Interpretamos, pois, como instrução (sob pena de sermos considerados falantes de um inglês ruim) a substituição por *you and I* [você e eu] de *you and me* [você e mim] (ou *me and you* [mim e você]) em todas as posições de ocorrência. Isto resulta na produção de não só o que o gramático tradicional classificaria de correto, *You and I will go together* [Você e eu iremos juntos], etc., mas também o que ele condenaria, *between you and I* [entre você e eu], *He told you and I* [Ele disse a você e eu], etc. Evidentemente não queremos dizer que todos os falantes de inglês que dizem *between you and I*, *He told you and I*, etc., efetuaram a operação de aplicação correta e depois incorreta da regra tradicional. Tais construções são hoje tão comuns na fala de indivíduos de classe média e alta, falantes do inglês-padrão na Inglaterra, que devem ter sido aprendidas naturalmente no processo de aquisição de linguagem, possivelmente pela maioria dos que

as utilizam. Restam poucas dúvidas, quanto ao fato de que se originem num processo de hipercorreção.☆

Nem a lógica nem a gramática do latim podem servir de árbitros adequados quando vem a questão de decidir se determinado enunciado é correto ou incorreto em inglês. Nem tampouco a autoridade inquestionada da tradição pela tradição ("Foi isso que aprendi, que meus pais e meus avós aprenderam") ou o costume dos considerados melhores autores literários da língua. É uma visão bastante comum de nossa sociedade, ou pelo menos foi até recentemente, dizer que a mudança lingüística necessariamente acarreta um abalo ou corrupção da língua. Tal posição é indefensável. Todas as línguas estão sujeitas a mudanças. É um fato empírico; e é tarefa dos lingüistas históricos investigar os detalhes da mudança lingüística, caso sejam acessíveis, construindo uma teoria explanatória para o fenômeno, a fim de contribuir para a nossa compreensão da natureza da lingua(gem). Os fatores determinantes da mudança lingüística são complexos e, até agora, apenas parcialmente compreendidos. Mas hoje sabemos o suficiente — conhecimento que temos desde meados do século XIX — para que qualquer observador sem preconceitos veja claramente na mudança lingüística que o que é condenado em qualquer época como degeneração e corrupção dos padrões tradicionais do uso, pode sempre ser alinhado com uma modificação anterior da mesma espécie, que fez surgir o uso que os próprios tradicionalistas tratam de inalteravelmente correto.

Quanto ao princípio de conformidade aos padrões estabelecidos pelos melhores literatos da língua, também este é insustentável — insustentável, quer dizer, em relação ao uso que normalmente se faz dos mesmos. Não há razão para crer que um escritor, por mais genial que seja, tenha sido investido, por graça especial, de um conhecimento certo e seguro das regras transcendentais de correção, dom negado a nós outros. O fato é que a gramática tradicional tinha uma inclinação literária muito acentuada. A razão é que em vários períodos importantes da cultura européia — desde o período da erudição alexandrina, no século segundo antes da era cristã, até o humanismo renascentista — a descrição gramatical, primeiro do grego, depois do latim, estava subordinada à tarefa prática de tornar a literatura de uma época mais antiga acessível àqueles que não falavam, e devido à natureza das coisas nem podiam falar, naturalmente o dialeto do grego ou do latim em que se baseava a língua dos textos clássicos. A inclinação literária da gramática tradicional é não só explicável do ponto de vista histórico, como também perfeitamente justificável, no tocante à descrição

☆ Veja-se o caso da sentença, acima citada 'Este assunto fica entre eu e você'. (Nota do Tradutor)

do grego e do latim. Torna-se totalmente injustificável quando trata da descrição gramatical das línguas faladas modernamente.

Não há na língua padrões de correção absolutos. Podemos dizer que um estrangeiro cometeu um erro, se ele disser algo que vá contra as regras imanescentes ao uso dos falantes nativos. Podemos também afirmar, se quisermos, que um falante de um dialeto inglês social ou regional não-padrão falou agramaticalmente, se seu enunciado transgredir as regras imanescentes do inglês-padrão. Mas ao dizermos isso, estamos evidentemente partindo do princípio de que ele pretendia, ou pelo menos deveria pretender, usar o inglês-padrão. E esta é uma posição que requer uma justificativa.

Devemos agora frisar — e este ponto é muitas vezes mal entendido — que ao traçarmos uma distinção entre descrição e prescrição, não estamos dizendo que não haja lugar para o estabelecimento e prescrição de normas de uso. Obviamente há vantagens administrativas e educacionais, no mundo moderno, para a padronização do dialeto principal empregado em um determinado país ou região. Este processo de padronização estendeu-se por um longo período de tempo em muitos países do Ocidente, com ou sem a intervenção do governo. Agora vem sendo efetuado aceleradamente, como parte de uma política oficial, em alguns dos países em desenvolvimento da África e da Ásia. O problema de selecionar, padronizar e promover uma determinada língua ou dialeto em detrimento de outros está envolto em dificuldades políticas e sociais. É parte do que tornou-se conhecido por planejamento lingüístico — uma área importante no campo da sociolingüística aplicada.

Nem tampouco se deve pensar que negando que toda mudança na língua seja para pior, o lingüista esteja afirmando que deve ser para melhor. Ele está simplesmente questionando o apelo impensado a critérios empiricamente descreditados. Concorda que, em princípio, pode ser possível avaliar dialetos e línguas em termos de sua flexibilidade, amplitude de expressão, precisão e estética potencial relativas; e com certeza ele aceita que o uso que falantes e escritores individuais fazem de seu dialeto ou língua pode ser mais ou menos eficaz. Entretanto, ele só pode relatar, com base nos trabalhos mais científicos feitos sobre língua e linguagem recentemente, que a maior parte dos julgamentos feitos a este respeito são extremamente subjetivos. Como membro individual de uma comunidade lingüística, o lingüista terá seus próprios preconceitos, sejam pessoais, sejam resultantes de uma formação social, cultural e geográfica; e, por temperamento, ele pode ser conservador ou progressista. Suas atitudes a respeito de sua própria língua não serão menos subjetivas, neste particular, do que as dos leigos. Ele poderá achar um determinado sotaque ou dialeto agradável ou desagradável. Ele poderá mesmo corrigir a fala de seus filhos se os vir usando uma pronúncia, palavra ou construção gramatical desaprovada pelos puristas. Mas ao fazê-lo, se for honesto consigo mesmo, saberá

que o que está corrigindo não é inerentemente incorreto, mas apenas relativamente a um padrão que, por motivos de prestígio social ou de vantagens educacionais, ele quer que os filhos adotem.

No tocante a sua atitude em face da língua literária, o lingüista está simplesmente salientando que a língua é usada para diversos fins e que seu uso em relação a tais fins não deve ser julgado por critérios aplicáveis única ou primeiramente à língua literária. Isto não quer dizer absolutamente que ele seja hostil à literatura, ou contrário ao estudo desta nas escolas e universidades inglesas. De forma alguma; muitos lingüistas, até, têm um interesse especial na investigação dos fins literários aos quais a língua serve e no sucesso que alcança satisfazendo a tais objetivos. Esta é uma parte — e, aliás, muito importante — de um ramo da macrolingüística conhecido por estilística.

2.5 Prioridade da descrição sincrônica

O princípio de prioridade da descrição sincrônica, característico da maior parte da teoria lingüística de nosso século, implica que as considerações históricas são irrelevantes para a investigação de determinados estados temporais de uma língua. Os termos saussureanos 'sincrônico' e 'diacrônico' foram introduzidos anteriormente neste capítulo (v. 2.1). Podemos usar uma das analogias de Saussure para explicar o significado da prioridade do sincrônico sobre o diacrônico.

Comparemos o desenvolvimento histórico de uma determinada língua com um jogo de xadrez que se desenrola perante nós. O estado do tabuleiro está em constante modificação, na medida em que cada jogador movimentava suas peças. Mas o estado do jogo pode ser descrito a qualquer momento em termos das posições que as peças ocupam. (Na realidade não é bem assim. Por exemplo, o estado do jogo é afetado, no tocante às possibilidades de um roque, pelo fato de se retirar o rei de sua posição original e depois devolvê-lo. Mas podemos deixar de lado tais detalhes menores em que a analogia de Saussure não funciona.) Não importa por que caminho os jogadores atingiram um certo estado no jogo. Independente do número, natureza e ordem das jogadas anteriores, o estado atual do jogo é sincronicamente descritível sem qualquer referência a elas. O mesmo acontece, conforme Saussure, com o desenvolvimento histórico das línguas. Todas estão em constante modificação. Mas cada um dos estados sucessivos de uma língua pode, e deve, ser descrito em seus próprios termos, sem referência àquilo a partir do que se desenvolveu, nem àquilo rumo a que, provavelmente, evoluirá.

Tudo isso pode parecer altamente teórico e abstrato. Contudo tem conseqüências bastante práticas. A primeira refere-se ao que chamo de

falácia etimológica. A etimologia é o estudo da origem e desenvolvimento das palavras. Iniciou, no tocante à gramática tradicional ocidental, com a especulação de certos filósofos gregos do quinto século antes de Cristo. O próprio termo 'etimologia' é em si mesmo revelador. Trata-se de uma transcrição latinizada de uma das formas do vocábulo grego 'etimos', que significa "verdadeiro" ou "real". De acordo com uma escola de filósofos do século quinto, na Grécia, todas as palavras associavam-se naturalmente, e não convencionalmente, com aquilo que significavam. É possível que isto não fosse evidente para o grego, diziam; mas poderia ser demonstrado pelo filósofo, capaz de discernir a realidade subjacente às aparências das coisas. Penetrar as muitas vezes enganosas aparências, analisando cuidadosamente as modificações ocorridas no desenvolvimento da forma ou do significado de uma palavra, descobrir a origem do vocábulo e com isto o seu real significado, era revelar uma das verdades da natureza. O que classifico de falácia etimológica é a crença de que a forma ou o significado original de uma palavra é, necessariamente e em virtude deste mesmo fato, sua forma ou significado correto. Esta pressuposição é amplamente divulgada. Quantas vezes não presenciamos uma discussão em que alguém defende que por tal ou tal palavra originar do grego, latim ou árabe, ou seja qual for a língua em questão, o significado correto daquele vocábulo deve ser o que existia na língua de origem! O argumento é falacioso porque a pressuposição tácita de que há uma correspondência originalmente verdadeira ou apropriada entre forma e significado, sobre o qual se sustenta não pode ser substanciada.

A etimologia recebeu um embasamento mais sólido no século XIX. Já não é mais justo dizer, como se afirma que Voltaire teria dito, que a etimologia é uma ciência em que as vogais não servem para nada, e as consoantes para muito pouco! Tal como é hoje praticada, ela constitui um ramo respeitável da lingüística histórica, ou diacrônica. Como veremos no capítulo 6, tem seus próprios princípios metodológicos, cuja confiabilidade depende da qualidade e quantidade dos dados a partir dos quais se formulam. Em condições favoráveis, a confiabilidade das reconstruções etimológicas é sem sombra de dúvida muito alta.

Um ponto que ficou evidente para os etimólogos do século XIX, que é hoje ponto pacífico para todos os lingüistas, é o de que a maioria das palavras no vocabulário de qualquer língua não permite que se trace sua origem. Os vocábulos deliberadamente criados, a partir de formas emprestadas ou pelo uso de algum outro princípio, são atípicos no vocabulário global, e com certeza também do que se pode qualificar de vocabulário básico, não-técnico, da língua. O que o etimólogo atual faz é relacionar palavras de um estado de língua sincronicamente descritível a palavras, atestadas ou reconstituídas, de algum estado anterior da mesma língua ou de alguma outra. Mas as palavras do estado anterior da mesma língua ou

de alguma outra, por sua vez, derivaram de outras, mais antigas. O fato de a forma ou o significado destas palavras ser recuperável pelas técnicas etimológicas, dependerá dos dados que houverem sobrevivido no tempo. Por exemplo, podemos relacionar a palavra inglesa atual 'ten' [dez] à palavra do inglês antigo cujas formas eram *ten* (com vogal longa) ou *tien*. E podemos relacionar o vocábulo do inglês antigo, através de vários estados hipotéticos sucessivos, a uma palavra reconstituída do proto-indo-europeu com a forma **dek̑m*, que também significava "dez". Mas não podemos nos aprofundar mais sem perder a confiança. E mesmo assim, a palavra do proto-indo-europeu **dek̑m* — o asterisco no prefixo indica que trata-se de uma reconstituição, não de um fato atestado (v. 6.3) — obviamente não é a origem, em um sentido absoluto, de todas as palavras que evoluíram a partir dela, em todas as línguas que podemos apontar como pertencentes à família indo-européia. Ela própria deve ter evoluído a partir de outra (que pode ter significado o mesmo que "ten" ou não — não se pode saber), parte do vocabulário de alguma outra língua; e esta palavra, por sua vez, de alguma outra anterior, de outra língua; e assim por diante. De uma forma geral, os etimólogos hoje não se ocupam das origens. Na realidade, eles diriam que em muitos casos (por exemplo o da palavra 'ten') não faz sentido investigar as origens de um vocábulo. Tudo o que o etimólogo nos pode dizer, com maior ou menor segurança, dependendo das provas, é que a forma ou o significado do ancestral mais antigo, ou mesmo hipotético, de uma determinada palavra é tal.

Com isto chegamos ao ponto em que a analogia de Saussure mais obviamente falha. Todo jogo de xadrez, se jogado conforme as regras e se completado, tem início e fim determinado. As línguas não. Não só (pelo que sabemos) não aconteceu de todas as línguas começarem de um mesmo estado do tabuleiro, por assim dizer, e de então desenvolverem de forma diversa, como também é impossível datar o início de uma língua, a não ser por uma convenção arbitrária e muito aproximativa. Não podemos afirmar, por exemplo, quando o latim falado tornou-se francês antigo, ou italiano, ou espanhol. Nem tampouco podemos localizar o ponto em que uma determinada língua deixou de existir — a não ser nos casos de línguas que se extinguíram, mais ou menos repentinamente, quando morreram seus últimos falantes. As línguas, do ponto de vista diacrônico, não têm começo e fim determinados. Em última análise, é por uma questão de convenção e conveniência que dizemos que o inglês antigo e o moderno são dois estados de uma mesma língua, ou duas línguas diferentes.

Há ainda um outro particular em que a analogia saussureana vem falhar: O jogo de xadrez é formulado por regras explicitamente formuladas, e dentro dos limites por elas impostos, os jogadores determinam o curso de qualquer partida que esteja sendo disputada entre os dois, com referência a um objetivo reconhecido. Pelo que se sabe, não há direção

preestabelecida no desenvolvimento diacrônico das línguas. É bem possível que haja certos princípios gerais determinando a transição de um estado lingüístico para outro. Mas se houver tais princípios, não se compararão às regras de um jogo concebido pelo homem, como o xadrez. Examinaremos as chamadas leis da mudança lingüística no capítulo 6.

Normalmente acredita-se que o princípio de prioridade da descrição sincrônica implica que, ao passo que esta independe da descrição diacrônica, a descrição diacrônica pressupõe a análise sincrônica anterior dos estados sucessivos pelos quais as línguas passaram ao longo de sua evolução histórica. É possível que esta não tenha sido a visão de Saussure. Mas é consequência das hoje amplamente aceitas premissas sobre a natureza dos sistemas lingüísticos.

As vezes de forma enganosa, os lingüistas falam como se o passar do tempo fosse em si suficiente para explicar a mudança lingüística. Há diversos fatores, tanto internos quanto externos à língua, que podem causar a passagem de um estado sincrônico para outro. Alguns destes fatores, provavelmente os mais importantes, são de ordem social. O passar do tempo simplesmente permite que sua complexa interação propicie o que é posteriormente reconhecido como transição entre dois estados de língua.

Além do mais, o conceito de desenvolvimento diacrônico entre estágios sucessivos de uma língua só tem sentido se aplicado a estados lingüísticos relativamente distanciados no tempo. Já me referi anteriormente ao que chamei de ficção da homogeneidade (v. 1.6). Em uma certa medida, ela é útil e necessária. Entretanto, se partimos do princípio de que a mudança lingüística acarreta uma transformação constante ao longo do tempo do que a qualquer momento escolhido é um sistema perfeitamente homogêneo, todo o processo de mudança da língua fica muito mais misterioso do que realmente é. O que caracteriza a fala de uma minoria aparentemente insignificante de uma comunidade lingüística em determinada época pode espalhar-se por quase todos os falantes em questão de uma ou duas gerações. Pode-se considerar bastante legítimo da parte do lingüista que descreva sincronicamente a língua em qualquer um destes dois pontos, que desconte a fala da minoria divergente. Mas se o fizer, e em seguida passar a falar diacronicamente de um sistema lingüístico sincronicamente homogêneo que se transforma em outro igualmente homogêneo, estará distorcendo os fatos. Pior que isso, estará incorrendo no risco de criar para si mesmo pseudoproblemas teóricos insolúveis. Uma vez que compreendamos que nenhuma língua é estável, ou uniforme, teremos dado o primeiro passo para dar conta, teoricamente, da ubiquidade e continuidade da mudança lingüística. Se tomarmos dois estados de uma língua, diacronicamente determinados, que não estejam suficientemente distanciados no tempo, temos grande probabilidade de achar que a maior parte das diferenças entre eles também se apresentam como variações sincrônicas tanto

no estado anterior como no posterior. Do ponto de vista microscópico — que se distingue do macroscópico normalmente adotado na lingüística histórica — é impossível traçar uma distinção nítida entre uma mudança diacrônica e uma variação sincrônica.

Em suma, o princípio de prioridade da variação sincrônica é válido. Porém, na medida em que repousa sobre a ficção da homogeneidade, deve ser aplicado com bom senso e com plena consciência do *status* teórico do sistema lingüístico. É este ponto que agora retornamos.

2.6 Estrutura e sistema

Uma das definições de 'lingua(gem)' que citei no capítulo 1 foi a de Chomsky: "um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um número finito de elementos" (v. 1.2). Adotemos esta formulação como definição parcial do termo 'sistema lingüístico', que foi introduzido, vale lembrar, para eliminar-se a ambigüidade do vocábulo inglês 'language'.

Na medida em que são por definição estáveis e uniformes, os sistemas lingüísticos não podem identificar-se com as línguas naturais reais: são construtos teóricos, postulados pelos lingüistas para dar conta das regularidades por ele encontradas no comportamento lingüístico dos membros de uma determinada comunidade lingüística — mais precisamente nos sinais lingüísticos que são o produto de seu comportamento lingüístico. Como já pudemos ver, as línguas naturais reais não são nem estáveis nem homogêneas. No entanto, há estabilidade e homogeneidade suficientes na fala daqueles que normalmente são considerados falantes de uma mesma língua para que a postulação do lingüista, de que há um sistema lingüístico comum subjacente, seja útil e cientificamente justificável, a não ser na questão específica da variação sincrônica e diacrônica. Nos próximos três capítulos, pressuporemos a validade do conceito de sistema lingüístico tal qual fica aqui definido e explicado.

Dentre os sinais lingüísticos produzidos por um falante inglês, durante um certo período de tempo, alguns seriam classificados como sentenças da língua, outros não. Precisamos neste estágio investigar quais os critérios em virtude dos quais se faz tal divisão entre sentenças e não-sentenças. Obviamente, há princípios determinadores da elaboração de textos e discursos maiores. Além disso, estes princípios são tais que qualquer pessoa que os desrespeite pode ser, com razão, acusada de transgredir as regras da língua. Embora não tenha passado sem sofrer ataques, recentemente, a premissa tradicional de que a maior parte, senão a totalidade, dos elementos envolvidos no conhecimento de uma língua pode ser descrita em

termos da construção e interpretação de sentenças ainda é aceita pela maioria dos lingüistas.

As sentenças, digamos, são o que seria convencionalmente pontuado como tal na língua escrita. Como vimos, as línguas naturais possuem a propriedade de transferência de meio (v. 1.4). Isto significa que, em geral, qualquer sentença da língua escrita pode ser posta em correspondência com uma da língua falada, e vice-versa. As sentenças faladas, obviamente, não se pontuam como tal com qualquer sinal que seja estritamente equivalente à maiúscula inicial ou ao ponto final, ou ponto simples, das sentenças escritas. Contudo, em face de nossos atuais objetivos, podemos estabelecer uma equivalência aproximativa entre os sinais de pontuação da língua escrita e os padrões entonacionais da língua falada correspondente.

O termo 'estrutura' tem o mesmo destaque na lingüística moderna que em muitas outras disciplinas. Se adotarmos o ponto de vista que foi primeiramente, de maneira muito clara, expresso por Saussure e é atualmente aceito por todos os que se identificam com os princípios do estruturalismo, diremos que não só um sistema lingüístico tem uma estrutura, como também que ele é uma estrutura. Por exemplo, na medida em que o inglês escrito e falado são isomórficos (isto é, têm a mesma estrutura), são a mesma língua: não há nada senão a estrutura para compartilharem em comum. O sistema lingüístico em si, é, a princípio, independente do meio em que se manifesta. Neste sentido, trata-se de uma estrutura puramente abstrata.

Os sistemas lingüísticos são estruturas em dois níveis: têm a propriedade da dualidade (v. 1.5). As sentenças faladas não são meras combinações de elementos fonológicos; são também combinações de unidades sintáticas. A definição parcial de Chomsky, de um sistema lingüístico como sendo um conjunto de sentenças, cada uma das quais finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos, deve ser ampliada para dar conta desta propriedade essencial das línguas naturais. É logicamente possível que dois sistemas lingüísticos sejam isomórficos em um nível sem sê-lo no outro. Na realidade, conforme já foi ressaltado, é pelo fato de os chamados dialetos do chinês estarem suficientemente próximos de serem sintaticamente isomórficos (embora estejam longe de ser fonologicamente isomórficos) que a mesma língua escrita, não-alfabética, pode ser colocada em uma correspondência mais ou menos igual com cada um deles. Também é possível haver um isomorfismo fonológico sem um isomorfismo sintático entre as línguas. Tal possibilidade concretiza-se em maior ou menor escala, quando um falante nativo do inglês, digamos, fala um francês gramaticalmente perfeito com um sotaque inglês especialmente ruim. O mais interessante é que a independência da sintaxe em relação à fonologia é demonstrada muitas vezes de forma bem acentuada no processo de crioulização (v. 9.3).

As línguas naturais, logo, possuem dois níveis de estrutura que são independentes entre si, na medida em que a estrutura fonológica de uma língua não é determinada pela estrutura sintática, e a estrutura sintática não é determinada pela estrutura fonológica. É improvável, na melhor das hipóteses, que haja duas línguas naturais tais que todas as sentenças, escritas ou faladas, de uma possam ser lidas ou ouvidas como sentenças pertencentes à outra (com ou sem o mesmo significado). Entretanto acontece frequentemente, como consequência da independência entre as estruturas sintática e fonológica, de a mesma combinação de elementos (sons na fala, e letras na escrita) realizarem não apenas uma, mas duas ou mais sentenças. Estas podem ser distintas uma da outra pela entoação ou pontuação, dependendo de cada caso. Assim

(1) *John says Peter has been here all the time*
[John disse (que) Pedro esteve aqui o tempo todo]

é diferente de

(2) *John, says Peter, has been here all the time*[☆]
[John, disse Pedro, esteve aqui o tempo todo]

na língua escrita por meio da pontuação; e seriam enunciadas normalmente distintos na língua falada por meio do padrão entoacional a que cada um obedece. Mas mesmo sem diferenças de entoação ou pontuação a mesma combinação de elementos pode atualizar mais de uma sentença. Por exemplo,

(3) *We watched her box*
[Vimos a caixa dela]
[Vimos ela lutar (box)]

poderia ser qualquer uma das seguintes sentenças em inglês; uma em que *her* está na forma adjetiva (v. *his* [dele]) e *box* na forma substantiva (v. *suitcase* [mala]); outra em que *her* está na forma pronominal (v. *him* [o]) e *box* na forma verbal (v. *wrestle* [lutar]).^{☆☆} Não é necessário nos preocuparmos com a análise sintática tradicional de (3) à qual me referi indistintamente. É algo que será retomado mais adiante. Agora basta que estabeleçamos que as sentenças, tais como são tradicionalmente definidas, não podem ser identificadas, e diferenciadas umas das outras; em termos dos elementos fonológicos de que se compõem. Na realidade podemos con-

☆ Vejam-se em português os casos de (a) e (b)

(a) As moças, que são mais educadas, não falam alto.

(b) As moças que são mais educadas não falam alto. (N. do T.)

☆☆ Em português este caso não tem um equivalente direto. (N. do T.)

cluir (3), que elas não podem sequer ser identificadas em termos das unidades sintáticas de que se compõem sem que se considerem outros aspectos da estrutura sintática, inclusive com a designação de unidades sintáticas às tradicionalmente chamadas partes do discurso (nome, verbo, adjetivo etc.).

As unidades sintáticas a partir das quais são constituídas as sentenças, ao contrário dos elementos fonológicos, são muito numerosas. Contudo, assim como os elementos fonológicos, existem em número finito. Digamos que todo sistema lingüístico pressupõe a existência de um inventário finito de elementos e de um vocabulário finito de unidades (simples), juntamente com um conjunto de regras (ou talvez vários tipos) que inter-relacionam os dois níveis de estrutura, dizendo-nos quais as combinações de unidades que constituem sentenças e, por dedução, senão explicitamente, quais não. Devemos notar, como será retomado mais tarde, que o vocabulário de uma língua natural é muito mais do que um conjunto de unidades sintáticas. Nenhuma das modificações ou dos refinamentos terminológicos que serão introduzidos nos capítulos seguintes afetará a essência do que foi dito aqui.

No momento, o que vimos chamando de unidades sintáticas pode ser denominado de formas: ou seja, combinações de elementos tais que cada diferente combinação refere-se a uma diferente forma. Mas estas, neste sentido do termo, possuem um significado, e este está longe de ser independente de sua função sintática. Este fato fica claro nas formas *her* e *box* em (3) acima. A abordagem tradicional defenderia que há (pelo menos) duas palavras distintas no vocabulário do inglês; representemos a ambas (com aspas simples) da seguinte forma: '*box*₁' e '*box*₂', respectivamente, diferentes tanto no significado quanto na função sintática, mas compartilhando uma mesma forma, *box*. Mais adiante precisaremos melhor a distinção tradicional entre uma forma e a unidade à qual se refere; e, ao fazê-lo, veremos que o termo 'palavra', usado tanto por lingüistas como por leigos, é extremamente ambíguo (v. 4.1).

Por definição toda sentença é bem formada, tanto sintática como fonologicamente, no sistema lingüístico em que se constitui como sentença. A expressão 'bem formada' é mais abrangente do que, mas subordina-se a, o termo mais tradicional que é 'gramatical', bem como este, por sua vez, é mais abrangente do que, mas subordina-se a, o termo 'sintaticamente bem formado'. A natureza e os limites da gramaticalidade (ou seja, a boa formação gramatical) serão discutidos no capítulo 4. Aqui basta frisar que o princípio da boa formação (inclusive da gramaticalidade) não se deve confundir com o da aceitabilidade, potencialidade de utilização ou mesmo o da significação. Há um número indefinido de sentenças do inglês ou de outras línguas naturais que, por diversas razões, não ocorreriam normalmente: poderiam conter uma justaposição inaceitável de palavras obscenas

ou blasfêmias; poderia m ser estilisticamente desajeitadas ou excessivamente complexas de um ponto de vista psicológico; poderiam ser contraditórias ou descrever situações que não ocorrem no mundo habitado pela sociedade falante da língua em questão. Qualquer combinação de elementos ou unidades de uma dada língua, L, que não seja bem formada em termos das regras de L é mal formada, no que diz respeito a L. Tais combinações de elementos ou unidades poderão ser marcadas como mal formadas através de um asterisco inicial.¹ Assim

(4) * *He weren't doing nothing*

[literalmente, "ele não estavam fazendo nada"]

é mal formada, e de fato agramatical, em relação ao inglês-padrão. É no entanto bem formada em determinados dialetos não-padrão do inglês. Este exemplo ilustra uma questão mais geral; ou seja, a de que diferentes línguas podem ser constituídas dos mesmos elementos e unidades, e o que é uma boa formação para uma pode não ser para a outra. Embora a ilustração se refira a dois dialetos de uma mesma língua, a princípio vale para o que seria considerado duas línguas bastante diferentes.

Poderíamos dizer mais sobre a estrutura dos sistemas lingüísticos. Mas é melhor deixar para os capítulos referentes à fonologia, à gramática e à semântica, onde as questões gerais podem ser introduzidas gradualmente e exemplificadas em maior detalhe.²

Começamos esta seção aceitando a definição chomskiana de língua(gem) (ou seja, de sistema lingüístico) como sendo um conjunto de sentenças. Entretanto é preferível conceber um sistema lingüístico como sendo composto por um inventário de elementos, um vocabulário de unidades e de regras determinantes da boa formação das sentenças em ambos os níveis. E é isto que faremos daqui por diante. Sob a definição apropriada de 'sentença' as duas maneiras de conceber os sistemas lingüísticos coincidem, o que é discutível.

¹ O uso do asterisco para indicar a má formação sintática não deve ser confundido com o uso igualmente comum que dele se faz, já há mais tempo, para indicar, na lingüística histórica, as formas reconstruídas (v. 2.5). O contexto esclarecerá de qual dos dois se trata.

² Os termos 'estrutura' e 'sistema' são frequentemente utilizados, especialmente por lingüistas britânicos, em um sentido bem especializado: 'sistema' para qualquer conjunto de elementos ou unidades que possam ocorrer em uma mesma posição; 'estrutura' para qualquer combinação de elementos ou unidades que resulte da seleção apropriada em determinadas posições. Assim definidos, os dois termos são complementares: cada um pressupõe o outro. Os sistemas são estabelecidos para determinadas posições de estruturas; e as estruturas são identificadas em termos das seleções feitas a partir dos sistemas (v. Berry, 1975). Neste livro, 'sistema' e 'estrutura' estão empregados em um sentido mais amplo.

LEITURAS COMPLEMENTARES

De uma forma geral, a mesma bibliografia do capítulo 1. Acrescentar Crystal (1971), capítulos 2-3; Lyons (1974).

Dos livros marcados por asterisco na Bibliografia, o de Robins (1979a) é o mais abrangente, e também o mais neutro na apresentação de questões controversas; Lyons (1968) enfatiza a continuidade entre a gramática tradicional e a lingüística moderna, restringindo-se à microlingüística sincrônica, e sendo ligeiramente inclinado para (numa versão hoje ultrapassada) a gramática transformacional; Martinet (1960) é a tradição do estruturalismo europeu; Gleason (1961), Hill (1958), juntamente com Joos (1966), apresentam uma boa abordagem do campo do ponto de vista da chamada lingüística pós-bloomfieldiana; Southworth & Daswani (1974) é especialmente bom no tratamento da lingüística em relação à sociologia e à antropologia, como também na lingüística aplicada; da mesma forma, embora menos abrangente, Falk (1973); Akmajian, Demers & Harnish (1979), Fromkin & Rodman (1974) e Smith & Wilson (1979) são todos coerentemente chomskianos por inspiração e, de uma forma geral, enfatizam o aspecto biológico da língua, mais que o cultural. Para a discussão das várias tendências e escolas da lingüística moderna, e para outras referências, ver o capítulo 7.

A lingüística histórica (isto é, diacrônica) é tratada mais adiante (capítulo 6). Da mesma forma a maior parte das ramificações da macrolingüística (capítulos 8 a 10).

Sobre a lingüística aplicada, ver Corder (1973) e para uma discussão mais detalhada, Allen & Corder (1975a, b, c).

PERGUNTAS E EXERCÍCIOS

1. Em que sentido a lingüística é uma ciência? Isso implica que ela não seja parte das chamadas humanidades?
2. "Como todos os ramos do conhecimento utilizam a língua, pode-se dizer que a lingüística, sob determinados aspectos, está no centro de todos eles, como estudo do instrumento de que devem se valer" (Robins, 1979a: 7). Discuta.
3. "As únicas generalizações úteis sobre a língua(gem) são as indutivas" (Bloomfield, 1935: 20). Discuta.
4. Por que os lingüistas geralmente criticam tanto a gramática tradicional?
5. "Muitas vezes, tanto filósofos quanto lingüistas acreditam que... as intuições são 'científicas', não passíveis de uma observação direta, variáveis e indignas de confiança. Parece-nos que tal não é uma objeção válida..." (Smith & Wilson, 1979: 40). Discuta.
6. Qual o erro, se é que há, em (a) *entre eu e você* e (b) *Ele pediu para mim fazer isso*. Poderão princípios lógicos ou baseados no latim auxiliar na nossa decisão?
7. Qual a diferença entre uma abordagem descritiva e uma abordagem prescritiva (ou normativa) na investigação da linguagem?
8. Exemplifique, se possível a partir de sua própria experiência, um fenômeno de hipercorreção.
9. "A palavra 'álibi' é hoje comumente mal empregada: trata-se de um termo legal

vindo do latim, que significa "em algum outro lugar" e não deveria ser usada como sinônimo da palavra 'desculpa'." Discuta.

10. Explique o que se quer dizer por prioridade do ponto de vista sincrônico sobre o diacrônico na lingüística.
11. Apresente uma apreciação crítica da famosa analogia saussureana entre a língua e o jogo de xadrez.
12. Uma visão simplificadora de o que seja tradução literal seria de que ela consiste na substituição palavra-por-palavra de formas vocabulares da língua-fonte por formas vocabulares da língua-meta. É este o significado normal do termo 'tradução literal'? Você poderia identificar algumas das razões pelas quais a visão simplificadora é utópica no tangente às línguas naturais?
13. "O sistema lingüístico em si... é uma estrutura puramente abstrata" (p. 65). Considere tal afirmação em relação ao uso de códigos e cifras simples baseados em substituições (a) letra-por-letra e (b) palavra-por-palavra nas mensagens escritas. Tais técnicas criptográficas preservam ou destroem, necessariamente, o isomorfismo?
14. Você poderia elaborar um código ou um conjunto de cifras simples que explorasse a interdependência dos dois níveis de estrutura em um sistema lingüístico, em que modificações feitas em um não afetassem o outro nível?

3

Os Sons da Língua

3.1 O meio fônico

Embora os sistemas lingüísticos, de uma forma bastante ampla, sejam independentes do meio em que se manifestam, o meio natural primeiro da linguagem humana é o som. Por esta razão o estudo dos sons tem uma importância maior na lingüística do que o estudo da escrita, dos gestos, ou de qualquer outro meio, real ou potencial, em que se desenvolve a língua. Mas não é o som em si, e nem toda a gama de sons possíveis, que interessa ao lingüista. Ele está interessado nos sons produzidos pelo aparelho fonador humano, na medida em que estes desempenham um papel na língua. Chamemos a esta gama limitada de sons de **meio fônico**, e aos sons individuais existentes nesta faixa de sons da fala. Com isso podemos definir a **fonética** como o estudo do meio fônico.

Precisamos frisar que fonética não é fonologia; e os sons da fala não devem ser identificados com os elementos fonológicos, aos quais já se fez referência em seções anteriores. A fonologia, conforme vimos, é uma das partes do estudo e da descrição dos sistemas lingüísticos, sendo outra a sintaxe, e outra a semântica. A fonologia recorre às descobertas da fonética (embora de forma diferente, dependendo das diferentes teorias fonológicas); mas, ao contrário da fonética, não trata do meio fônico enquanto tal. As primeiras três seções do presente capítulo tratam, da forma mais simples possível, dos conceitos e categorias fonéticos básicos, conforme sejam essenciais à compreensão de tópicos levantados em outros pontos deste livro, e da notação empregada para esclarecê-los. Não têm a pretensão de servir como introdução satisfatória ao que se tornou, recentemente, um ramo abrangente e altamente especializado da lingüística.

O meio fônico pode ser estudado sob pelo menos três aspectos: o articulatório, o acústico e o auditivo. A fonética articulatória investiga e classifica os sons da fala em termos da maneira como são produzidos pelos órgãos da fala; a acústica, em termos das propriedades físicas das ondas sonoras criadas pela atividade do aparelho fonador e que se transferem no ar de falante para ouvinte; a auditiva, em termos da maneira como os sons da fala são percebidos e identificados pelo ouvido e cérebro do ouvinte. Destes três ramos, o que apresenta uma tradição mais longa, e que,

até pouco tempo, era mais altamente desenvolvido, é o da fonética articulatória. Por esta razão a maior parte dos termos empregados pelos lingüistas com referência aos sons da fala originaram-se desta ramificação. Adotaremos a abordagem articulatória para dar conta destes sons neste livro.

Entretanto, há diversos fatos que foram descobertos ou confirmados pela fonética acústica ou auditiva — mais especialmente por aquela, que muito progrediu nos últimos 25 ou 30 anos — os quais ninguém que se interesse pela língua pode se permitir ignorar. O mais importante deles é, talvez, o de que dois enunciados repetidos, os quais acreditamos ser os mesmos, raramente — ou nunca — são idênticos sob o ponto de vista físico (acústico). A identidade fonética (ao contrário da identidade fonológica, como veremos no parágrafo seguinte) é um ideal teórico: na prática, os sons da fala produzidos por seres humanos — mesmo por foneticistas altamente treinados — conseguem apenas aproximar-se deste ideal, em maior ou menor escala. O critério com que operamos na análise fonológica das línguas é o de semelhança fonética, não o de identidade. E a semelhança fonética, considerada do ponto de vista articulatório, acústico ou auditivo, é multidimensional. Dados os sons da fala *x*, *y*, e *z*: *x* pode ser mais semelhante a *y* do que *z* em uma determinada dimensão, mas mais semelhante a *z* do que a *y* em outra.

A fonética acústica também confirmou o que já havia sido estabelecido pela articulatória: o fato de que os enunciados falados, considerados sinais físicos transmitidos pelo ar, não são seqüências de sons separados. A fala é constituída de explosões sonoras contínuas. Não só não há intervalos entre os sons constituintes das palavras; as próprias palavras geralmente não são separadas por pausas (exceto, evidentemente, quando o falante hesita momentaneamente ou adota um estilo especial de produção para ditados ou outras finalidades quaisquer). A fala contínua é segmentada em seqüências de sons em termos das transições mais ou menos identificáveis entre um sinal em estado relativamente estável e outro, nas mesmas condições. Este ponto será exemplificado abaixo do ponto de vista articulatório. É importante notar, entretanto, que a segmentação baseada em critérios puramente acústicos daria freqüentemente resultados bem diversos da segmentação realizada segundo critérios puramente articulatórios (ou aditivos).

A integração dos três ramos da fonética não é simples. Uma das descobertas mais importantes, e inicialmente mais surpreendentes, da fonética acústica foi a de que não se podia estabelecer uma correlação direta entre algumas das mais proeminentes dimensões articulatórias da fala e parâmetros acústicos tais como a freqüência e a amplitude das ondas sonoras. Para tornar a questão mais geral, em relação às três subdivisões da fonética: as categorias da fonética articulatória, acústica e auditiva, não coincidem necessariamente. Por exemplo, o que poderia parecer diferenças articulató-

rias e auditivas óbvias entre os vários tipos de consoantes, digamos entre os sons de *p*, *t* e *k*, não aparece como traço identificável único de qualquer espécie, nem sequer como feixe de traços, na análise acústica dos sinais que os contêm. As dimensões auditivas de altura e volume estão correlacionadas com os parâmetros acústicos de freqüência e intensidade; mas a correlação entre altura e freqüência, por um lado, e entre volume e intensidade, por outro, não pode ser estabelecida em termos de um quociente fixo válido para todos os sons da fala variando de acordo com as dimensões relevantes.

Isto não significa que as categorias de uma ramificação da fonética sejam mais ou menos confiáveis, ou intrinsecamente mais ou menos científicas que as categorias de qualquer outra ramificação. Falar e ouvir, devemos lembrar, não são atividades independentes. Uma precisa do *feedback* da outra. Podemos normalmente observar que quando uma pessoa torna-se surda a sua fala também tende a deteriorar. Porque geralmente controlamos a fala à medida que a vamos produzindo e, basicamente de forma inconsciente, fazemos os ajustes necessários aos controles do que consideramos ser o aparelho articulatório, à proporção que o processo de regulagem informa ao cérebro que as normas auditivas não estão sendo satisfeitas. O sinal acústico contém todas as informações que são lingüisticamente relevantes, porém carrega também muitas informações dispensáveis. Além disso, as informações acústicas que são lingüisticamente relevantes devem ser interpretadas pelos mecanismos de fala e escuta humanos, controlados pelo cérebro. O recém-nascido parece vir dotado de uma certa predisposição para concentrar-se em determinados tipos de informação acústica, negligenciando outros. Ao adquirir a linguagem ele aperfeiçoa a capacidade de produzir e identificar os sons que ocorrem na fala que ouve ao seu redor; refina, então, seu desempenho articulatório e auditivo pelo controle dos sinais acústicos que ele próprio produz. Em certo sentido, portanto, a criança, no processo normal de aquisição da linguagem é, e deve ser, sem o auxílio de instrumentos científicos e sem treinamento específico em uma faixa limitada do meio fônico, um especialista competente de todos os três ramos da fonética, e, mais especialmente, da integração de informações tão disparatadas como as que estes três setores da fonética oferecem. Até hoje, os foneticistas profissionais apresentam apenas descrições incompletas e explicações parciais sobre a capacidade altamente integrativa que a maioria dos seres humanos adquirem na infância e praticam durante toda a sua vida de falantes.

3.2 Representação fonética e ortográfica

Por volta do final do século XIX, época em que a fonética articulatória estava realmente progredindo no Ocidente (com base na tradição secular